

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE URUAÇU
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MARIENE AZEVEDO DINIZ

**ROSA EGIPCIACA - DE SANTA A CHARLATÃ: ANÁLISE DA VIDA DE UMA
ES CRAVA NO SÉCULO XVIII.**

**URUAÇU
2017**

MARIENE AZEVEDO DINIZ.

**ROSA EGIPCIACA - DE SANTA A CHARLATÃ: ANALISE DA VIDA DE UMA
ES CRAVA NO SECULO XVIII.**

Monografia apresentada a Universidade Estadual de Goiás, Campos Universitário de Uruaçu como requisito parcial para a conclusão do curso de Licenciatura Plena em História, sob a orientação da professora Aline do Carmo Costa Barbosa.

URUAÇU

2017

Ficha Catalográfica

DINIZ. Mariene Azevedo

Rosa Egípcia - de Santa a Charlatã: Análise da Vida de uma Escrava no Século XVIII.

Mariene Azevedo Diniz. – Uruaçu, 2017. P.38.

Monografia - Licenciatura Plena em História.

Universidade Estadual de Goiás (UEG), Uruaçu – GO, 2017.

Orientadora: Professora Aline do Carmo Costa Barbosa

1 - Rosa Egípcia 2. Universidade Estadual de Goiás (UEG).
Licenciatura Plena em História.

MARIENE AZEVEDO DINIZ.

**ROSA EGIPCIACA - DE SANTA A CHARLATÃ: ANALISE DA VIDA DE UMA
ES CRAVA NO SECULO XVIII.**

APROVADO EM: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Aline do Carmo Costa Barbosa.

Membro:

Membro:

Dedico este trabalho a Deus, a todas as pessoas ao longo deste ano colaboraram de alguma maneira para essa vitória. Não poderia esquecer-se dos amigos e colegas de curso, pois juntos superamos obstáculos. Mais principalmente dedico a minha família que são o esteio da minha vida e das minhas conquistas.

Agradeço a minha família que sempre me apoiou e me incentivou a realizar um curso de Graduação, que estiveram sempre ao meu lado, me impulsionando a buscar um futuro mais promissor. Aos professores em especial à orientadora professora Aline do Carmo Costa Barbosa, que sempre muito atenciosos, me estimularam e acreditaram no meu potencial, fazendo com que me sentisse capaz de alcançar tudo aquilo que almejei na vida.

“O poeta pode contar ou cantar as coisas, não como foram, mas como deviam ser; e o historiador há de escrevê-las, não como deviam ser e sim como foram, sem acrescentar ou tirar nada à verdade.”

Miguel de Cervantes

RESUMO

O presente trabalho apresenta o uso da Literatura como fonte para a pesquisa em História, sendo utilizada por historiadores, evidenciando sobre os elementos culturais e sociais das relações humanas. É uma fonte que permite ao historiador apreender elementos e/ou características de determinado universo sócio-cultural de uma forma ampla, sendo um recurso significativo no processo de escrita da História. A pesquisa analisa a vida de uma mulher negra e africana no Brasil colonial, Rosa Egípcia, que levou uma vida um tanto incomum para a época em que viveu: escrava, prostituta, macumbeira, santa; venerada por negros, brancos, membros da Igreja Católica. O objetivo do trabalho é compreender a vida de Rosa Maria Egípcia da Vera Cruz e o contexto social em que esta viveu. Aborda-se uma caracterização do Brasil do período colonial ainda dependente de Portugal. Analisa-se sob a visão dos escritores Luiz Mott e Heloisa Maranhão a vida de Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil, destacando aspectos, importantes em sua vida. A metodologia utilizada é de caráter descritivo, onde se optou escolher a pesquisa bibliográfica respondendo aos objetivos propostos.

Palavras- Chave: Literatura. História, Rosa Maria Egípcia, Brasil Colonial

ABSTRACT

The present work presents the use of Literature as a source for research in History, being used by historians, highlighting the cultural and social elements of human relations. It is a source that allows the historian to apprehend elements and / or characteristics of a particular socio-cultural universe in a broad way, being a significant resource in the writing process of History. The research analyzes the life of a black and African woman in colonial Brazil, Rosa Egípcíaca, who led a life somewhat unusual for the time in which she lived: slave, prostitute, saint; venerated by blacks, whites, members of the Catholic Church. The objective of the work is to understand the life of Rose Mary Egípcíaca da Vera Cruz and the social context in which it lived. It is approached a characterization of Brazil from the colonial period still dependent on Portugal. The life of Rose Egípcíaca is analyzed under the view of the writers Luiz Mott and Heloisa Maranhão: A Saint African in Brazil, highlighting important aspects of her life. The methodology used the methodology used is descriptive, where it was chosen to choose the bibliographic research responding to the proposed objectives.

Keywords: Literature. History, Rose Mary Egípcíaca, Colonial Brazil,

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	03
1 A LITERATURA COMO PARÂMETRO PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA.....	05
1.1 A literatura na perspectiva da história social.....	07
2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL NOS ASPECTOS ECONÔMICOS, RELIGIOSO E SOCIAL, NO PERÍODO COLONIAL	09
3 ANÁLISE DA HISTÓRIA DE SANTA ROSA MARIA EGIPCÍACA DA VERA CRUZ.....	16
3.1 Santa Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz: uma Santa Africana no Brasil.....	17
3.2 A História de Uma Escrava, Prostituta e Santa	33
CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45
ANEXO	47

INTRODUÇÃO

Neste trabalho de pesquisa pretende-se analisar a vida de uma mulher negra e africana no Brasil colonial, Rosa Egipcíaca, que levou uma vida um tanto incomum para a época em que viveu: considerada escrava, prostituta, macumbeira, santa; venerada por negros, brancos, membros da Igreja Católica e até menos pelos seus ex. senhores (Mott, 2005).

Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz, que adotou este nome em homenagem a outra santa também ex. prostituta, foi certamente a mulher negra africana que mais representou um modelo de negação ao regime escravista, considerada como símbolo de liberdade negra e feminista no século XVIII. Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz é, certamente, a mulher negra africana do século XVIII de quem existem mais documentos detalhados sobre sua vida, sonhos, escritos e paixão, tanto na África, como na diáspora afro-americana e no Brasil. Foi a primeira afro-brasileira a aprender a ler e escrever um livro, do qual restam apenas algumas páginas manuscritas.

Rosa viveu grande parte de sua vida na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, sendo considerada como a maior santa do céu, era adorada por negros, mulatos e brancos. Fundou o Recolhimento de Nossa Senhora do Parto que recolhia principalmente negras e mestiças. Foi presa pelo Tribunal do Santo Ofício e não se sabe ao certo as circunstâncias de sua morte. Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz é a personagem principal de dois livros escritos no Brasil, o primeiro deles foi escrito em 1993 por Luiz Mott, intitulado de Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil, publicado pela editora Bertrand, o segundo é publicado em 1997 por Heloisa Maranhão, trata-se de um romance chamado de Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz, publicado pela editora Rosa dos Tempos.

A trajetória de vida de Rosa inspirou também a elaboração de vários artigos acadêmicos que abordam a irreverência de Rosa, que nos seus rituais religiosos conseguia combinar elementos do cristianismo com o candomblé, religião típica da cultura negra no Brasil. Elementos que tornam a vida de Rosa interessante, é que esta passa por uma vivência rara para época, que inicia com a sua experiência de escrava comum da época em que se ocupava com os afazeres domésticos da casa de seus senhores, sendo substituída por prostituta ainda na condição de escrava e em seguida a de beata já inserida na vida religiosa, daí em diante esta vai de santa a uma charlatã sendo presa por heresias pelo Tribunal do Santo Ofício.

O objetivo do trabalho é compreender a vida de Rosa Maria Egípcíaca da Vera Cruz e o contexto social em que esta viveu. A análise abordará o percurso de vida de Rosa desde a sua vida de escravidão, de ser considerada santa e finalizando com a sua prisão no Tribunal do Santo Ofício. Destaca-se a posição da igreja diante das atitudes de Rosa e o que ela representa dentro da sociedade colonial do Brasil do século XVIII.

No primeiro capítulo aborda-se a utilização da literatura como parâmetro para a escrita da história, sendo uma fonte que permite ao historiador apreender elementos e características de determinado universo sócio-cultural de uma forma mais ampla, sendo a literatura um recurso significativo no processo de escrita da História

No Segundo capítulo, faz-se uma caracterização, do Brasil da época, da sua sociedade ainda em formação, de sua economia totalmente dependente de Portugal, a inserção da escravidão negra como mão-de-obra, que se tornou muito lucrativa para o país durante quase quatrocentos anos. Esta caracterização se faz necessária para compreendermos aspectos da vida de Rosa Egípcíaca bem como a sociedade em que viveu.

No terceiro capítulo, analisa-se a vida de Rosa relatada através da obra de Luiz Mott intitulada de Rosa Egípcíaca: Uma Santa Africana no Brasil, destacando aspectos, importantes em sua vida, como os seus primeiros anos aqui no Brasil, sua inserção no catolicismo e prisão pelo Tribunal do Santo Ofício. Explora-se também a história de Rosa contada através dos olhos da literatura, pela obra de Heloisa Maranhão, este se trata de um romance chamado de Rosa Maria Egípcíaca da Vera Cruz.

1 A LITERATURA COMO PARÂMETRO PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA.

A literatura e a História são formas distintas de representar questionamentos que retratam e mobilizam o ser humano em cada época e espaço de sua história possuindo um público e um leitor destinatário. A relação entre a História e a Literatura se resolve no plano epistemológico, mediante aproximações e distanciamentos, entendendo-as como diferentes formas de dizer o mundo, que guardam distintas aproximações com o real. (PESAVENTO, 2004, p.80).

De acordo com BORGES (2010)

A Literatura se apropria não só do passado, como também de documentos e das técnicas da disciplina histórica, como o dispositivo de criar o “efeito de realidade”, abordado por Barthes, como uma modalidade da “ilusão referencial”, com a multiplicação de notações concretas destinadas a carregar a ficção de um peso de realidade. (2010, p97)

Assim a escrita, a criatividade, a imaginação e a originalidade, do escritor partem das condições reais do tempo e do espaço as quais podem ser concretas ou não de existência social ou de suas experiências.

A história é uma ficção controlada pelas fontes que ligam os traços do historiador aos traços históricos. Para PESAVENTO (2003).

A história se faz como resposta a perguntas e questões formuladas pelos homens em todos os tempos. Ela é uma explicação sobre o mundo, reescrita ao longo das gerações que elaboram novas indagações e elaboram novos projetos para o presente e para o futuro, pelo que reinventam continuamente o passado. PESAVENTO (2003, p 59).

A escrita da história deve ter como instrumento a interpretação e a leitura sempre embasadas entre o documento empregado na pesquisa e historiografia e o assunto escolhido. Neste caso o enriquecimento se dá na interdisciplinaridade tendo em vista que toda produção histórica é construída em um tempo e um espaço específico. Valoriza-se a estética da recepção, isto é como cada leitor lê e interpreta, recebe e assimila dos significados ofertados nos textos históricos, literários, sociológicos, antropológicos, geográficos e a partir dessas interpretações re-moldura a interpretação da própria realidade. Este contexto torna possível subsidiar o mundo

simbólico oferecido em textos e imagens, assim o leitor constrói novas aprendizagens e ressignificam a própria existência. PRADO (2012)

Tanto a literatura quanto a história representam questões e assuntos que são pertinentes aos homens da época em que são produzidas, sendo assim a História é regida pela relação que estabelece com seu objeto, e cuja meta é atingir uma verdade sobre o acontecido, enquanto a literatura é uma forma de expressão artística da sociedade possuidora de historicidade, podendo ser utilizada como fonte documental para a produção do conhecimento histórico. De acordo com Santos (2007 p 15)

Pode-se apontar que tanto a narração literária quanto a historiográfica pressupõe um processo e estratégias de organização da realidade, uma procura de uma coerência imaginada baseada na descoberta de laços e nexos, de relações e conexões entre os dados fornecidos pelo passado. Essa coerência – imaginada, fictícia – depende claro, parcialmente, dos próprios dados, mas também da plausibilidade de uma significação possível, imaginada pelo escritor/historiador de tal maneira que o leitor possa reconstruí-la (SANTOS, 2007, p. 6).

Um dos grandes pesquisadores nesta área no Brasil, Nicolau Sevcenko (2003), em seu trabalho sobre Literatura moderna brasileira, contextualiza que o estudo da literatura dentro de uma perspectiva historiográfica, adquire significados próprios, defendendo que enquanto a Historiografia procura o ser das estruturas sociais, a literatura fornece uma expectativa de o seu vir-a-ser. Perceber-se neste sentido que o historiador se ocupa da realidade enquanto o escritor é atraído pela possibilidade, este ponto deve ser cuidadosamente considerado pelo historiador que pretende utilizar material literário em suas pesquisas.

A especificidade da leitura e da escrita de textos tanto literário quanto escrito é fruto da formação do estudioso que lê e escreve; o que PESAVENTO (2003) descreve como “capital específico do historiador que deve estar disposição para estabelecer toda a sorte de correlações possíveis entre um acontecimento dado e outros de forma a revelar os significados”.

A literatura é narrativa que de modo ancestral, pelo mito, pela poesia ou pela prosa fala do mundo de forma indireta, metafórica e alegórica. Por vezes, a coerência de sentido que o texto literário apresenta é o suporte necessário para que o olhar do historiador se oriente para tantas outras fontes e nelas consiga enxergar aquilo que anda não viu. A partir das indagações que o historiador faz mediante um conhecimento prévio do contexto histórico que pesquisa é que se torna possível essa relação frutífera para a

história; assim quando a história coloca determinadas perguntas, ela se debruça sobre a literatura como fonte. Pesavento (2006, p 52).

As obras literárias podem ser lidas como fonte de entretenimento ou como assunto específico para uma clientela direcionada, abrindo portas para a dimensão cultural para que se questione e reflita acerca de questões sociais, sendo uma fonte documental privilegiada para se pensar a História.

1.1 A literatura na perspectiva da história social

Quando se considera a fonte literária como forma de representação da realidade, elas automaticamente fornecem uma imagem representativa de um espaço e tempo que serve como fonte privilegiada para se a compreender, analisar e interpretar uma determinada época.

Sidney Chalhoub & Leonardo Pereira (1998) trazem a proposta de historicizar a obra literária, podendo ser ela romance, conto, poesia ou crônica, para os autores é possível inseri-la no movimento da sociedade, investigar suas redes de interlocução social, destrinchando não apenas na sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas também na forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade histórico-social. (citado por SENA JUNIOR, 2013).

SENA JUNIOR, (2013) cita também a fala do historiador francês Jacques Le Goff (1976) que esclarece que;

É nas profundezas do cotidiano que se capta o estilo de uma época e que os documentos literários e artísticos são fontes privilegiadas quando consideradas como histórias da representação dos fenômenos objetivos. Ou seja, quando consideramos as fontes literárias como formas de representação da realidade, elas passam a fornecer um “retrato” representativo de um espaço-tempo que irá servir como fonte privilegiada para a compreensão, análise e interpretação de determinada época. SENA JUNIOR, (2013, p11).

Assim, ao se buscar a literatura como fonte da história social, deve-se levar em consideração que estas imagens não são nem o reflexo do real, nem a oposição deste, mas de contextos historicamente construídos que colocam em evidências forças que se relacionam e define o imaginário acerca do real como construção social.

A literatura como evidência histórica isto é, situada no contexto histórico social, deve-se levar em conta que esta apresenta propriedades específicas e precisa ser devidamente estudada. Para Sena Junior (2013);

É preciso ponderar as características específicas da fonte literária, esclarecendo, por exemplo, de que literatura se está falando, quais suas características e como determinados autores concebem suas obras; com o objetivo de inserir autores e obras literárias específicas em processos históricos determinados. As obras literárias mantêm um vínculo estreito com a história de onde retiram a matéria-prima que será apropriada esteticamente, e embora a história trabalhe com evidências da realidade, a sua escrita não elimina um pouco da imaginação. SENA JUNIOR (2013; p11)

O ideal entre narrativa histórica e literária dentro de um contexto social, é que ambas criem um emaranhado de informações, uma teia de comunicação, onde os elementos históricos ou literários, reais ou fictícios, vividos pelos indivíduos, ou imaginosa e criados pelos narradores ofereçam ao historiador e ao leitor a maior quantidade de possibilidades de interpretação do espaço histórico-social onde estes se inserem.

Assim imbricam-se os saberes da história e da literatura, pois tanto os discursos historiográficos assim como o literário lançam um olhar que invadem a memória, a história, a linguagem, suas significações, a denúncia social e as experiências vividas.

Diante deste contexto; busca-se elemento histórico que remete a essa relação entre o ficcional literário e a história oficial acerca de uma época, ao estudar a vida de Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil. Esta obra literária coloca o pesquisador de frente com um período histórico de grande importância para a formação da sociedade brasileira, uma sociedade mestiça que possui sua formação nos moldes da escravidão

2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL: ASPECTOS ECONÔMICOS, RELIGIOSOS E SOCIAIS NO PERÍODO COLONIAL

A escravidão no Brasil constituiu o principal modo de trabalho desde o início da colonização portuguesa, no século XVI até as últimas décadas do século XIX, foram quase quatrocentos anos de escravidão, que marcaram profundamente a história do nosso país. A maior vítima da escravidão foi o próprio escravo, mas é inaceitável que

ele continue sendo visto apenas como vítima. Portanto, não se pode negar que o negro possui um papel ativo na construção de sua própria história. Cada escravo de certa forma atuou na construção da sociedade e influenciou na formação de costumes e valores culturais, vários deles ainda presentes entre nós até hoje, como comidas, músicas, linguagem e aspectos religiosos.

É desta atuação, não de figurante, mas de protagonista do negro para a formação da nossa sociedade, que se pretende abordar ao longo deste capítulo, bem como a caracterização do Brasil da época.

A escravidão foi uma instituição social de trabalho compulsório, na qual o próprio trabalhador era uma mercadoria, comprado e vendido, emprestado ou leilado. Isso significa que não havia escravo sem proprietário, onde o trabalho escravo era recompensado apenas com habitação, alimentação e vestimenta.

A resistência escrava tomou diversas formas, porque ao contrário do que se acredita, houve sim, resistência escrava, podendo citar as mais comuns como a desobediência, a diminuição deliberada do ritmo de trabalho e a sabotagem. Geralmente a resistência requeria certa união entre os escravos, porém isto não quer dizer que não havia resistência individual, mas estas eram mais extremas, caracterizadas pelo suicídio, ataques físicos contra senhores e seus familiares ou feitores e embora estas tenham sido mais raras, elas alimentavam o medo dos senhores que ocorressem uma revolta de escravos.

Uma das formas mais frequentes de resistência dos escravos era a fuga, sendo ela individual ou coletiva, para recuperar estes escravos fugidos, eram oferecidas recompensas para quem ajudasse na captura destes. Surge aqui a figura do capitão-do-mato, que eram homens livres, mais pertenciam as partes humildes da população, geralmente eram crioulos, mestiços e negros. Os foragidos representavam uma afronta direta a instituição da escravidão, fazendo assim os quilombos alvos da ira dos senhores de escravos. Os quilombos foram duramente combatidos, sendo o mais conhecido deles o Quilombo dos Palmares, considerado símbolo da resistência negra à escravidão juntamente com a revolta Dos Malês (LIBBY 2005).

A economia colonial possui alguns aspectos que marcaram profundamente a vida da sociedade brasileira entre os séculos XVI e XIX, como a drenagem de renda para o exterior, o latifúndio, o trabalho escravo, a onipresença do estado mercantilista, a lenta transformação tecnológica e a resistência às inovações. O Brasil se inseriu na economia mundial no século XV, totalmente dependente de Portugal para mediar às

negociações, tendo como produtos mais exportados o pau-brasil, o açúcar, o ouro, os diamantes, o couro, o algodão, o arroz e o tabaco, definindo assim a sua economia exportadora em produtos agrícolas e metais.

A mão-de-obra utilizada inicialmente na colônia Brasileira era a mão-de-obra escrava, de início utilizou-se a mão-de-obra indígena, mais esta não se compara com a importância e grandeza que foi a vinda de mão-de-obra africana para a colônia brasileira. Sobre os dados estatísticos que se tem do tráfico de escravos africanos para o Brasil, nada se tem de comprovado, mais se estima que milhões de africanos traficados para o Brasil até o século XIX.

Os principais portos negreiros, nos séculos XVI e XVII, foram os de Pernambuco e Bahia. No século XVIII, com a descoberta do ouro, o eixo transferiu-se para o Rio de Janeiro. O tráfico de escravos foi, do ponto de vista econômico, um dos principais empreendimentos comerciais do mundo atlântico. De atividade isolada de comerciantes no século XVI, chegou a organizar-se em sofisticadas sociedades comerciais no século XVIII. Envolvia comunidades inteiras na África. Aproveitando-se de guerras entre tribos e nações, os vencidos eram aprisionados e vendidos aos representantes comerciais europeus no litoral africano. Estes providenciavam o embarque para a América e o pagamento de impostos de saída (3 mil reis por escravo no século XVII). A operação de compra do escravo na própria África fazia-se com o pagamento em moeda, ouro e prata ou, mais frequente, pelo escambo (pólvora, fumo, tecidos e armas) (WEHLING, 1994. P. 192).

As maiorias dos africanos que chegaram ao Brasil vinham da Guiné, Angola, Moçambique e Costa da Mina, este último sendo o país de origem de Rosa Egipcíaca. Devido à difícil viagem da África até o Brasil, muitos escravos morriam, devido ao porão dos navios estarem super lotados, falta de higiene e má alimentação (MOTT, 1993).

O negro no Brasil em toda época colonial é visto com mercadoria, mercadoria esta muito lucrativa na época, o comércio de escravos representava uma grande parcela na economia do país, pois a mão- de- obra escrava era reinante no Brasil colonial.

[...]. O escravo trabalhava nos canaviais, tratando dos roçados, do plantio e da colheita; nos engenhos, em atividades mais especializadas sob orientação do mestre do açúcar; na lavoura do tabaco; nas minas de ouro e nas lavras de diamantes; nas fazendas de gado e nas charqueadas; e nas casas, como escravo doméstico. Também era alugado pelo seu senhor, especialmente se tinha alguma especialidade, ou era “escravo de ganho”, realizando tarefas durante o dia e entregando a fêria ao proprietário (WEHLING, 1994. P. 193).

A escravidão é inserida no Brasil durante o século XVI e dura até o século XIX, isto permite então, dizermos que a sociedade brasileira surge no auge da escravidão. Podemos dizer que até mesmo a Igreja Católica, no Brasil do século XVIII é escravista, pois esta procurava meios de justificar esta prática, defendendo que o negro poderia ser escravizado, não deveria ser tratado com um ser digno, pois era um ser impuro, devido a sua cor de pele negra.

Neste ponto da discussão faz-se necessário um questionamento, por que a preferência pela mão-de-obra negra na colônia brasileira? Segundo, Arno Wehling e Maria Jose C.de M. Wehling, em seu livro “Formação Do Brasil Colonial” esta preferência se dá por alguns aspectos,

[...]. A tese tradicional afirma que o índio, inimigo do trabalho, sedentário e rotineiro, não se adaptou as atividades econômicas necessárias aos colonos, razão pela qual se optou pelo negro. Há nesta tese algumas meias-verdades e omissões, que turvam a compreensão da questão. Em primeiro lugar, deve-se constatar que os africanos tinham, em geral, um padrão cultural mais próximo as necessidades dos portugueses: conheciam melhor do que os índios a agricultura e possuíam maiores habilidades para a utilização de metais e o artesanato. Eram, além disto, fisicamente mais resistentes do que os indígenas, provavelmente em função dessas mesmas habilidades para tais funções. Em segundo lugar, a ampliação do tráfico e sua organização em solidas bases empresarial permitiram criar um mercado negreiro transatlântico que deu estabilidade ao fluxo de mão-de-obra, aumentando as ofertas, ao contrário das oscilações no fornecimento de indígenas, ocasionadas pela dizimação as tribos mais próximas e pela fuga dos remanescentes para o interior. Em terceiro lugar, também contribuiu para a preferência pelo africano a atuação da igreja (particularmente os jesuítas) e do Estado a favor dos indígenas, condenando e reprimindo sua escravização, com sucesso alias apenas relativo. Finalmente, e mais importante, omite-se na explicação tradicional o fato de que extensas regiões do país, por mais de um século, utilizaram mão-de-obra indígena escravizada. Como ela era realmente mais barata do que a negra [...], tornou-se preferida nas regiões de baixo poder aquisitivo, impossibilitadas de importar o africano e excluídas por isso das rotas do tráfico (WEHLING, 1994. P. 193 a 194).

Embora seja incontestável, que o escravo negro e o indígena, tenham sido “as mãos e os pés” dos senhores de engenho e de quase toda economia colonial, não podemos negar a existência do trabalho livre. Este esteve presente nas regiões produtoras de açúcar, possuindo como trabalhadores livres os lavradores da cana, que podem ser entendido como os trabalhadores que trabalhavam nas terras do senhor pagando pelo uso da terra com açúcar ou cana e os assalariados do engenho,

que eram os técnicos na moagem e refino do açúcar e os feitores do canavial. Nas áreas pecuaristas havia os vaqueiros que eram livres e recebiam pelos seus serviços, porém foi nas áreas de mineração que a presença do trabalho livre se fez mais evidentes, graças ao grande fluxo de pessoas, estes trabalhadores livres era os ferreiros, carpinteiros, marceneiros, serralheiros, entalhadores e escultores, como também os caixeiros e os mascates.

Segundo John Thornton (2004), os escravos das áreas urbanas e os domésticos levavam uma vida com aspectos especiais em comparação aos da área rural. Segundo este autor estes escravos eram mais afortunados e podiam usufruir de uma vida de um “quase” livre, pois não estariam tão sobrecarregados de trabalho, e estavam quase sempre bem-mais vestidos que os escravos rurais.

[...] Esses escravos, como os que eram empregados por seus donos como diaristas ou que desempenhavam trabalhos comuns, tinham bastante controle sobre seu tempo de lazer e trabalho. Por vezes, documentos revelavam as condições da vida urbana. No inquérito de Claver, por exemplo, testemunhas mencionaram com frequência escravos convivendo em tavernas ou nas ruas, quase sempre se encontrando em locais bem frequentados (THORNTON, 2004. P. 247).

Entretanto, Thornton (2004), relata que, se os escravos nessas condições pudessem ter certas oportunidades, esse fato não significa que eles não eram explorados ou maltratados, pois devemos lembrar que estes apesar das condições de vida mais favoráveis, viviam inseridos em um regime de escravidão, ou seja, eram escravos.

Com certeza, um proprietário impiedoso poderia converter a vida dos escravos domésticos em algo extremamente difícil, e os documentos da Inquisição mostram muitos exemplos de testemunhos contra escravos que “renunciavam a Deus” em razão de maus-tratos ou de castigo corporal. Os arquivos da Inquisição mexicana têm muitos documentos que dão uma descrição detalhada dos maus-tratos influídos aos escravos por seus proprietários, levando-os às vezes ao suicídio ou com frequência incitando-os a fugir, a planejar a morte de seu amo ou a blasfemar (THORNTON, 2004. P. 248).

Os escravos das áreas urbanas e os domésticos provavelmente tinham uma taxa de sobrevivência mais alta do que muitos outros que viviam, mas áreas rurais tinham mais oportunidades de casarem e criar seus filhos, enfim de formarem famílias,

apesar da vida difícil, dos maus-tratos e de viverem muitas vezes como propriedade de senhores sem escrúpulos que não se importava em separar famílias e de impedir casamentos cristãos entre negros, para o bem de seus interesses.

No século XVIII com a descoberta de ouro em regiões da colônia brasileira, como Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, a sociedade da época passa por grandes transformações, principalmente econômicas, a população destas regiões duplicou, graças a imigração.

A primeira preocupação das autoridades da época, com a descoberta do ouro, era de como impossibilitar o contrabando, aumentado assim seus lucros, estipularam uma quota que deveria ser atingida anualmente pelos mineiros, estabeleceram as cobranças de impostos, como o chamado quinto, porém mesmo assim não conseguiu conter os desvios do ouro. Na extração do ouro era utilizado tanto o trabalho escravo como o trabalho livre. O ciclo do ouro no Brasil pode ser caracterizado como uma expansão de oportunidade de trabalho, urbanização e de enriquecimento.

No período do ouro no Brasil, este representava grande parte da economia do país, quando este entrou em declínio, a agricultura e a pecuária assumem o lugar de sustentar a economia da colônia, obviamente de forma menos significativa, tendo como principais produtos exportados, o açúcar, o tabaco, o couro, as drogas do sertão, a erva mate, o cacau e o algodão.

No campo da religião, na época colonial a sociedade era predominantemente católica devido à influência do colonizador,

Na época colonial, a vida religiosa do brasileiro girava em torno da paróquia, até porque os registros civis faziam-se ali. Na igreja paroquial o indivíduo era batizado, assistia aos ofícios religiosos, se casava, batizava seus filhos e netos; depois, era sepultado no cemitério anexo (WEHLING, 1994. P. 242).

No Brasil devido ao quadro cultural, com a presença de aspectos da cultura africana, indígena e portuguesa, criou-se um sincretismo religioso único e particular.

A igreja católica encontrou diversas dificuldades para organizar e atuar com eficiência no país. A fragilidade da instituição no Brasil foi um dos obstáculos sempre presentes à uniformização da fé católica. Como em outros países, os padres não eram bem-preparados, os fiéis, geralmente analfabetos, eram mal instruídos no catecismo, a distância

entre diversas regiões da colônia e entre está a Europa era significativa, dificultando o controle das instituições sobre os sacerdotes e os fiéis (FURTADO, 2000.P.15).

Na tentativa de resolver o problema da distância e assim manter um controle maior sobre as paróquias na colônia, foram criados os bispados, na Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O papel mais importante neste objetivo de coibir as práticas pagãs e controlar as paróquias era feito pela inquisição, que se ocupava não só da caça às bruxas conhecidas pela tradição européia, mais também as crenças indígenas e africanas. O forte combate feito pela inquisição destes costumes considerados pagãos resultou no desaparecimento de alguns elementos da crença indígena e africana. Com as tentativas da Igreja Católica e da inquisição de acabar com os rituais religiosos de indígenas e africanos, fizeram com que estes adaptassem as suas crenças religiosas ao catolicismo, preservando assim aspetos de sua cultura.

A escravidão negra surge também fundamentada na Bíblia, na doutrina da Igreja Católica e na antiguidade greco-romana, pois nos Antigo e Novo Testamento a escravidão aparece como um fator natural, não justificada e nem condenada,

Doutores da igreja, e dos mais ilustres, procuraram explicar e justificar a escravidão. Santo Agostinho tinha-a como consequência do pecado __ não havia escravo que não merecesse ser escravo __ e a inscrevia no grande esquema ordenado do mundo. Santo Isidoro de Sevilha iria mais longe: a escravidão tinha origem divina e se destinava a resgatar o cativo de sua perversidade genética. Já para Santo Tomás de Aquino, que teorizou democraticamente sobre a escravidão, ela, embora dolorosa, era útil e necessária ao cumprimento dos propósitos da natureza (SILVA, 2002. P. 855).

Portanto, pode-se dizer que a exploração da mão-de-obra negra, surge não somente por este ser considerado diferente, há por detrás deste discurso o verdadeiro motivo pelo qual o negro passou a ser considerado mercadoria ao em vez de um ser humano, motivo este ambicioso, do que podemos chamar de um pré-capitalismo, onde foram utilizado até mesmo a igreja para justificar este meio bárbaro de se obter poder e capital.

Não se pode deixar de falar da presença da mulher na então sociedade, estas exerciam uma condição de inferioridade e dependência ao marido ou aos filhos quando se enviuvavam,

[...] Elas raramente apareciam as vistas ou iam a rua, e quando o faziam deviam cobrir com véus o rosto e com a barra da saia os pés. [...] de acordo com os padrões dominantes, a mulher virtuosa a rigor só deveria sair de casa em poucas ocasiões: para ser batizada, frequentar a missa, casar e ser enterrada (WEHLING, 1994. P. 269 e 270).

A mulher de status elevado era reclusa, já a mulher pobre ou escrava era considerada como objeto de trabalho ou prazer. Se fosse livre e pobre a mulher exercia funções de doméstica, costureira, cozinheira, lavadeira, feiticeira, cartomante ou prostituta, porém se fosse escrava, trabalhava para o seu senhor e para quem este determinasse exercendo a função de escrava de ganho, fazendo trabalhos e sendo remuneradas por este, porém quem ficava com a renda de seu trabalho remunerado era seu senhor, quase sempre estas escravas de ganho eram prostitutas.

Ao abordar anteriormente sobre casamento entre escravos, surgir um aspecto importante de ser analisado quando se fala da presença feminina negra na história do Brasil, que a relação destas com seu senhor, cercada de maus-tratos e prazer.

De acordo com fontes encontradas por Mott, existem relatos que dizem que as escravas gostavam deste tipo de relação com seus senhores, pois desta tiravam algum proveito. É devido a estas relações de caráter sexual entre senhor e suas escravas que surge o processo de miscigenação no Brasil, criando uma sociedade na sua maioria mulata.

É no interior dessa sociedade que viveu Rosa Egipcíaca, uma figura histórica que será analisada neste trabalho, uma mulher negra, escrava, que ao contrário do que muitos escritores que se debruçaram sobre as questões históricas da época, não viveu uma vida de “só” submissão, mas sim de adaptação à sua condição de escrava, soube absorver costumes desconhecidos e diferentes dos seus, a começar pela língua e religião.

3. ANÁLISE DA HISTÓRIA DE SANTA ROSA MARIA EGIPCÍACA DA VERA CRUZ

Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz é um romance escrito por Heloisa Maranhão, Rosa Maria Egipcíaca Da Vera Cruz: Uma Santa Africana no Brasil é

escrito por Luiz Mott, ambos abordam e a história de uma escrava, prostituta e santa. Estas obras apontam também vários aspectos da história do Brasil, precisamente no período colonial. Rosa Egipcíaca viveu durante o século XVIII, no qual a sociedade brasileira era considerada a mais escravista, por estar no auge do tráfico de escravos africanos para o país, neste período o Brasil é considerado como o maior país importador de negros vindos da África. Rosa Egipcíaca é um exemplo para tipificar a relação senhor e escrava, pois esta aos seus seis anos de idade, recém chegada ao Brasil sofreu abusos sexuais de seu primeiro senhor devido a sua beleza. (MOTT, 1993),

A obra literária, caracterizada pela ficção, foi utilizada como fonte histórica, para reconstruirmos um fato do passado. Em seu livro, *Historia: a arte de inventar o passado*, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, nos fala dos desafios passados para a aceitação dos historiadores de que a literatura é uma fonte histórica. O autor também relata o temor que os historiadores tinham da literatura, porque enfatizavam tanto que a compromisso da história era com a verdade, com o real. Ele questiona que a recusa dos historiadores poderia estar prejudicando a história, pois a literatura de certa forma poderia contribuir para a solução de alguns problemas que a história não consegue responder.

Os escritores dessas obras produziram suas falas com uma intencionalidade, porém as representações feitas são imagens construídas foram a partir de algo que está presente na historicidade e não seria possível reproduzir a literatura se não estiver em contato com a realidade de uma dada sociedade, mesmo que as obras literárias sejam fictícias, partiu de algo que foi vivenciando, pois ela mostra as aspirações e valores de uma época, mas com seus personagens e histórias inventadas.

A literatura além de um fenômeno estético, de uma manifestação cultural, isto é, do registro do homem e sua visão de mundo abrem portas para ser um objeto de pesquisa para a história. A literatura através da ficção remete ao leitor no seu ato de ler, algo de realidade. Ciente dos desafios em utilizar uma obra literária como fonte histórica, segue a análise da obra de Luiz Mott e de Heloísa Maranhão.

3.1 Rosa Maria Egipcíaca Da Vera Cruz: Uma Santa Africana No Brasil.

Rosa Maria Egipciaca da Vera Cruz é uma personagem da obra de Luiz Mott, publicada no ano de 1993, pela editora Bertrand Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, nesta obra, formada por 749 páginas, Mott dedica-se a reconstituição da vida de Rosa. Segundo Mott dentre suas obras já publicadas, esta foi não apenas a que tomou mais tempo de pesquisa e redação, como também necessitou de mais colaboradores,

Entre a descoberta dos manuscritos de Rosa Egipciaca, em 1983, e o retorno à Torre do Tombo, em 1987_ sempre com o indispensável apoio da CNPq, gastamos mais de seis anos pesquisando e redigindo este trabalho. Como não encontramos publicações que tratassem em profundidade de diversos assuntos relacionados à vida desta beata negra, fomos obrigados a pesquisa-los, o que explica o elevado número de páginas deste livro e alguns “desvios” temáticos que certamente deliciarão os estudiosos mais exigentes, mas talvez enfadem o quantos estão interessados sobretudo nas aventuras e desventuras de Rosa Egipciaca. Além da reconstituição de sua biografada, fizemos longas digressões sobre outros aspectos complementares à sua vida, tais como sobre a etnia Courà ou Courana, à qual pertencia esta africana; sobre a atuação do Santo Ofício nos lugares onde viveu; sobre a instituição dos recolhimentos no Brasil colonial; sobre o culto aos Sagrados Corações, que tiveram em Rosa sua principal vidente e propagandista na América Portuguesa, etc. a fim de poupar os leitores mais apressados de tais desvios subsidiários, havemos por bem resgatar a prática barroca editorial de subdividir o livro em abundantes capítulos, permitindo assim uma leitura seletiva da biografia de nossa beata (Mott, 1993. P. 11).

No primeiro capítulo intitulado de “Os Primeiros Anos no Cativo” Mott narra o contexto da chegada de Rosa no Brasil, que se dá no ano de 1725, no porto do Rio de Janeiro, aqui se inicia a história desta negra africana em terras brasileiras. Rosa chega ao Brasil com apenas seis anos de idade, nada se sabe da vida de Rosa anterior a sua chegada ao Brasil, sabe-se apenas sua nacionalidade, fato relatado por ela mesma no interrogatório do Tribunal do Santo Ofício, esta diz ser natural de Costa da Mina, pertencente a nação Courana, de acordo com Mott poucas informações tem se sobre esta, devido ao grande número de etnias diferentes trazidas para o Brasil na época e também pelas várias e diferentes grafias usadas para remeter-se a esta nação.

Outro aspecto da vida de Rosa, que Mott diz não ter nenhum dado, é sobre sua família, quando interrogada em Lisboa Rosa declara não ter conhecimento de quem seus pais, um fato muito comum para época, pois não havia nenhuma preocupação por parte dos mercadores de escravo, pelos laços familiares dos escravos. Imagina-

se, como foi para uma criança de apenas seis anos de idade, fazer a travessia do Atlântico no porão de um navio negroiro,

É sem dúvida durante o trajeto da África a América que a situação dos negros se revela mais horrível. Reflita-se sobre a impressão cruel do negro diante da separação violenta de tudo que lhe é caro, sobre os efeitos do mais profundo abatimento, ou a mais terrível exaltação de espírito, unidos as privações do corpo e aos sofrimentos da viagem. Esses infelizes amontoados num compartimento cuja altura raramente ultrapassava de um metro e meio. Este cárcere ocupa todo o comprimento e a altura do porão do navio. Ai são reunidos em número de 200 a 300. Os escravos ai são amontoados de encontro às paredes do navio e em torno do mastro. Aonde quer que haja lugar para uma criatura humana e qualquer que seja a posição que se lhe faça tomar, aproveita-se. As mais vezes as paredes comportam, a meia altura, uma espécie de prateleira de madeira sobre a qual jaz uma segunda camada de corpos humanos. Todos, principalmente nos primeiros tempos da travessia, têm algemas nos pés e nas mãos e são preços uns aos outros por uma comprida corrente. O calor ardente, a fúria das tempestades e a alimentação a que não estão acostumados __ de feijão com carne salgada __, a falta de água são as causas de grande mortalidade (MOTT, 1993. P. 15).

Rosa foi desembarcada no porto do Rio de Janeiro em 1725, assim que chega ao Brasil Rosa é comprada por um cidadão chamado José de Sousa de Azevedo, quando questionada sobre seu primeiro senhor, Rosa apenas disse que este a comprou e a batizou na Igreja da Candelária.

Imagine o “choque” religioso, que representou este batismo para esta pequena africana, vinda de uma cultura totalmente diferente da cultura cristã. Mott relata não ter encontrado nada de específico sobre o batismo de Rosa, nos livros de batismo da Igreja Candelária, pois entre o ano de 1725 a 1726, foram batizadas seis africanas com o nome de Rosa, sendo este o nome depois do de Ana, o mais popular na época (MOTT, 1993).

Pouco se tem documentado sobre os primeiros anos de vida de Rosa, no Brasil, o que se sabe, é que esta viveu por oito anos na cidade do Rio de Janeiro, após este período foi vendida, com a idade de quatorze anos, para Dona Ana Garcês de Moraes, que residia no arraia de Nossa Senhora do Infimccionado, que não passava de humildes de mineiros, arraia este situado próximo a cidade de Mariana, no estado de Minas Gerais.

Vinte anos depois Rosa sofre uma forte ruptura na sua rotina de vida, não imaginando que retornaria ao Rio de Janeiro já na condição de liberta, sendo adorada

como uma santa. Rosa chega a esta capitania em 1733, Minas estava no seu apogeu, Vila Rica era considerada pelas suas riquezas “a pérola do Brasil”, simplifica Mott (1993).

Mott descreve Minas Gerais, no período de vida de Rosa, como uma terra de aventuras, onde o clima de misticismo, superstição e sexualidade eram reinantes, num ponto que até mesmo o próprio sacramento do casamento era questionado, ele define Minas Gerais como uma terra de muitos templos e poucas virtudes, isto devido, segundo ele, a “raridade” da presença feminina na região, criando assim um ambiente favorável ao comercio sexual (MOTT, 1993).

O que facilitou, a inserção de Rosa na vida de “mulher da vida”, desde que chegou no arraia, 1733, até as primeiras manifestações diabólicas e sua conversão, em 1748, Rosa viveu como prostituta, totalizando-se quinze anos de escravidão sexual. Rosa declarou diante o tribunal do Santo Oficio, que foi por inspiração divina que esta deixou a vida de meretriz. Rosa em nenhum momento de seu julgamento acusa sua ex senhora de ter há obrigado a praticar prostituição, com fins lucrativos para a mesma. Porém, deduz-se que foi exatamente o que ocorreu.

Ao completar trinta anos de idade, Rosa deixa completamente a vida de meretriz, doando seus bens aos podres, obtidos em forma de presentes de seus amantes, costume bem comum na época, adotando uma vida de beata, passando a frequentar eventos de cunho religioso. Para Luiz Mott, tudo indica que os bens adquiridos por Rosa, ao longo de sua vida de prostituta, não foram suficientes para comprar sua liberdade.

Estes 15 anos de meretrício dos 14 aos 29anos foram fundamentais na constituição da personalidade e desenvoltura social desta negra, que, na qualidade de mercadoria sexual, deve ter privado do relacionamento com centenas de homens de diferentes raças e classes __ escravos, negros forros, mestiços, brancos aventureiros, quiçá portugueses favorecidos pela sorte na mineração. Relacionamento sempre marcado pela violência machista, deboche, malandragem, comportamento certamente elevado consumo de aguardente e altas doses de almíscar __ o perfume mais usado pelas negras nos “tempos do Onça” (Mott, 1993. P. 43).

Após deixar a vida de meretriz, Rosa foi “acometida”, como relata Mott, por uma estranha enfermidade, que a fazia perder os sentidos, não sendo diagnosticada esta estranha enfermidade, diziam que Rosa quando perdia os sentidos era possuída pelo

demônio, inicia-se neste momento a relação de amizade entre Rosa e o Padre Francisco Gonçalves Lopes, conhecido como “xota diabo”, devido os recorrentes exorcismos que realizava.

O citado Padre Francisco Gonçalves Lopes desempenhara, a partir deste encontro fortuito, papel fundamental na vida de Rosa: será seu anjo da guarda. Este velho presbítero, então com 54 anos, lhe fará os primeiros exorcismos, será seu introdutor no caminho da santidade, seu primeiro devoto e confessor. Será também seu proprietário e lhe dará a carta de alforria. Mais tarde, no Rio de Janeiro, há de ser o capelão do recolhimento da Madre Rosa e o grande divulgador de seus poderes e predestinação celestial (Mott, 1993. P. 54).

A amizade entre Rosa e Padre Francisco, duraria cerca de quinze anos, e somente fora desfeita durante o cárcere da inquisição, onde o sacerdote negara ter amizade com Rosa e afirma que a mesma não passava de uma embusteira. Segundo Mott (1993), além das possessões, Rosa passa a ouvir vozes a ter visões, e outras manifestações sobrenaturais que demonstravam seu crescimento espiritual e a sofisticação de sua santidade, sofisticação, pois de acordo que ia progredindo em seu conhecimento doutrinário ia também refinando seus atos, deixando de lado hábitos religiosos característicos da cultura de afro- descendentes.

Além destes relatos sobrenaturais, nada nos informa a documentação a respeito do dia-a-dia desta escrava após a manifestação de seu espírito. Referem-se, várias vezes, a estar Rosa na casa do coronel Fraga ou visitando outras pessoas distantes das montanhas do Inficionado. Como conseguiria licença de sua dona, Ana Garçês, para ausentar-se de sua casa? Que tipo de trabalho se exigia da vexada desde que abandonará a vida leviana? Tudo nos leva a crer que a courana era uma “escrava de ganho”, que se alugava ora aqui, ora acolá, para serviços domésticos, obrigada a entregar certa quantia de seus salários para sua proprietária, seja diária, seja semanalmente. [...] Não deixa de ser surpreendentemente, todavia, as muitas vezes que a espiritada diz estar em orações, sentada na escada, meditando no quintal, dormindo em sua cama __ detalhes que revelam dispor de muito tempo ocioso para dedicar-se a exercícios espirituais (Mott, 1993. P. 82).

Após dois anos de sua conversão Rosa, por ter despertado algumas desavenças com figuras religiosas no arraia do Inficionado, muda-se para o distrito de São João Del Rei, ainda em Minas Gerais, ficando mais um ponto de interrogação na

sua biografia, como ela na condição de escrava, decide se mudar para outro lugar? Havia sua senhora permitido? Já que até este momento de sua vida Rosa ainda não havia sido alforriada. Rosa se muda provavelmente pra ficar próximo ao Padre Francisco, pois o mesmo residia neste distrito.

Neste ponto de sua história Rosa já possuía admiradores, até devotos, mais havia aqueles que acreditavam que todas aquelas possessões não passavam de um espetáculo. A impressão que fica é que realmente não passava de espetáculo, para conquistar devotos para Rosa e fama para o Padre Francisco, devido a recorrência dos exorcismos, pois segundo Mott os exorcismos de Rosa ocorriam quase todos dias e durante os exorcismos Rosa dizia estar possuída por sete demônios.

Quando Lúcifer apoderava-se da negra courana, obrigando-a a missão de “zeladora dos templos”, sua conduta tornava-se agressiva e anti-social: relatou o padre Filipe de Souza, morador em São João Del Rei, que a visionaria, “quando via uma pessoa de vida irregular ir pegar no Santo Cristo do altar, logo publicava seus pecados ocultos, fazendo visagens que representava a má vida das pessoas”. E completa: “por suas ficções e embustes fazia capacitar a muita gente se seguia seus erros e a representava por santa”. Eis como o padre Xota-Diabos descreveu este dramático episódio: “primeiro advertia as pessoas na igreja, e, se não obedeciam, avançava castigando-as, até chegar ou ponto de rasgar-lhes a roupa, como aconteceu na Matriz de São João Del Rei, que pregando um barbadinho italiano, Frei Luís de Perugia, morador do Rio de Janeiro, dizendo que os inimigos se perdoassem uns aos outros senão seria levado pelos demônios para o inferno, ai Rosa se levantou do lugar e disse em voz alta que ali estavam os demônios para levar para o inferno os que não queriam se perdoar. E caiu no chão como morta.” (Mott, 1993. P. 96 a 97).

Este fato foi a gota d’água para as autoridades religiosas, pois Rosa interrompeu a celebração de um visitante, com a igreja cheia de fies, chamando a atenção totalmente para si, por ter feito isto Rosa é retirada da igreja e presa na cadeia da cidade. Após ser presa Rosa passa por uma série de exorcismos, até ser levada para a sede do bispado em Mariana (MOTT, 1993). Três dias após Rosa ser levada para Mariana, padre Francisco também vai para Mariana na tentativa de ajudar a sua protegida. Rosa ficou vários dias presa a espera da sentença das autoridades, e a sentença foi o açoite no pelourinho de Mariana.

O deplorável estado físico de Rosa após os açoites devia causar dó e piedade a qualquer ser humano, sobretudo aqueles seus devotos que reputavam a santa e viam neste castigo grave injustiça contra pessoa

inocente e virtuosa. Suas costas e nadeegas deviam estar em carne viva, com profundos cortes provocados pela chibata (Mott, 1993. P. 113).

É muito provável que é após ser açoitada no pelourinho que Rosa conseguiu sua carta de alforria, não se sabe ao certo deste fato, diante do Tribunal do Santo Ofício, Rosa declara que foi trocada por um moleque, demonstrando assim que não era uma escrava de grande valor.

[...] também não se declara com precisão em que ano Rosa foi libertada. Tudo nos leva a crer que fora “libertada” após ter sido flagelada no pelourinho, e talvez seu baixo preço tenha explicação exatamente pelo deplorável estado físico em que ficou após os açoites, “quase morta” e com incurável semiparalisia em seu lado direito. Temendo sua morte, talvez Dona Ana tenha considerado mais seguro vender Rosa por um terço de seu valor, do que vir a perder todo o seu capital. Foi, portanto um bom negócio para vendedores e compradores; melhor ainda para a cativa africana, que, após 25 anos de escravidão, recupera sua liberdade. Liberdade relativa, diga-se se bem a verdade, pois o que ocorreu foi uma troca de proprietários: Dona Ana recebeu o moleque e entregou Rosa ao Padre Francisco e Sr. Arvelos, que a partir de então serão os proprietários da negra courana. Tanto que nos dois processos, no do Padre e no da espiritada, Rosa é referida como “escrava que foi de Pedro Rois Arvelos e dele a comprou o Padre Francisco Gonçalves Lopes”. Só alguns anos mais tarde, quando a courana transformou-se em Madre no recolhimento de Nossa Senhora do Parto, é que recebeu em mãos sua carta de alforria (Mott, 1993. P. 156 a 157).

Recuperada, Rosa procura o Bispo da diocese de Mariana, D. Frei Manoel da Silva, para que este a testasse segundo ela mesma comprovasse que esta não era uma mentirosa, que as possessões não eram uma farsa, o pedido foi aceito e inicia-se uma série de testes, um destes consistia em resistir a chama de uma vela acesa debaixo da língua por cinco minutos, este teste provaria que as possessões eram verdadeiras, como também a sua santidade, Rosa passa neste teste, porém os teólogos concluem que tudo não passava de fingimento, passando a chamarem de feiticeira.

Para evitar novos problemas com as autoridades religiosas da região, Rosa muda-se para o Rio de Janeiro, na companhia de Padre Francisco, dando início uma nova fase em sua vida, Rosa muda até mesmo de nome, segundo ela por ordens vindas direta de Cristo, passa a se chamar Rosa Maria Egípcia da Vera Cruz.

Rosa chega ao Rio de Janeiro em Abril de 1751, nesta época o Rio de Janeiro era a segunda cidade mais importante demograficamente e economicamente, sendo a primeira Salvador.

Rosa instalou-se, inicialmente, numa casa em frente à Igreja de Santa Rita (na atual rua Visconde de Inhauma), tendo sua primeira visão na Igreja de Nossa Senhora da Lapa, aparecendo-lhe o menino Jesus vestido de azul celeste, tendo na cabeça uma tiara pontifical, “caindo no chão sem sentidos e como morta”. Por sugestão de uma beata das muitas que frequentavam assiduamente os templos cariocas, Rosa revelou sua vida atribulada e dons espirituais ao Provincial dos Franciscanos, Frei Agostinho de São Jose, que passou a ser seu diretor espiritual. [...] A vida mística de Rosa impressionou vivamente os franciscanos, que a viram cumprir todos os exercícios pois muito em voga nos séculos passados: jejuns prologados, autoflagelação, uso de silício, novenas intermitentes, comunhão frequente. Deram a preta Rosa o maravilhoso título de Flor do Rio de Janeiro (Mott, 2005. P. 9).

Mott cita ter encontrado na Torre do Tombo um total de 55 cartas, de Rosa e Padre Francisco, endereçadas a família Arvelos dando notícias de como iam as coisas no Rio, Mott diz que teve certa dificuldade na leitura destas cartas, mais mesmo assim este diz também da alegria que representou a descoberta destas para a continuidade da tarefa de reconstruir a biografia de Rosa. Em um destas cartas Padre Francisco não poupa elogios a Rosa, dizendo como bem recebida pelos franciscanos, diz que estes a carregam nas palmas da mão.

Acreditamos ser este o momento adequado para tecer algumas considerações a respeito da santidade negra, pois Rosa Courana deve ter provocado na imaginação dos frades menores do Rio de Janeiro a viva esperança de que pudesse tornar-se a versão moderna, brasileira, de Santa Efigênia único modelo de santidade feminina da cor de ébano que, com a escravaria daqui, só tinha de semelhança a cor da pele, pois em vida pertencerá a nobreza Núbia, terminando seus dias num monastério carmelitano __ realidade muito, distante do comum dos africanos e crioulos do Brasil escravista. Se desse certo, Rosa Egipciaca tinha tudo para tornar-se modelo universal dos cativos de todo o mundo católico colonial, pois como a maior parte de escravos, vivenciara os terrores de um tumbreiro, sofrera a violência dos açoites e abuso sexual, mas, arrependida, se convertera em mulher virtuosa, praticante de um sem-numero de sacrifícios e exercícios espirituais (Mott, 1993. P. 241 a 242).

Acredita-se que a intenção dos padres franciscanos era usar a santificação de Rosa como um exemplo de aceitação e obediência a Igreja Católica, como aconteceu

com São Benedito, Santo Elesbão, Santa Efigênia e Santo Antônio do Catigero, para os franciscanos nada melhor que ter uma santa negra brasileira, para ser modelo para os milhares de negros que aqui viviam. E ter uma santa em casa, significava o aumento de doações para os conventos, realização de grandiosas romarias, tudo isso gerando lucro para Igreja Católica.

Tranquila na sua nova vida, regalada frequentemente com o banquete eucarístico, apoiada e venerada por pessoas de destaque, acreditada e muito amada pelo seu orientador espiritual, Rosa vivera entre 1752 e 1754^o auge de sua felicidade. Vivendo como recolhida em casa de Dona Maria de Pinho, sua vida era assistir à missa e cerimônias litúrgicas, quer na vizinha Igreja de Santa Rita, de Santo Antônio ou da Candelária, dedicando o tempo que lhe restava em casa, a escrever ou ditar cartas visões que frequentemente lhe ocorriam (Mott, 1993. P. 266).

Uma destas frequente visões era a de Nossa Senhora da Piedade, que segundo Rosa a encarregou de construir uma casa para convertidas, um recolhimento. Os recolhimentos eram semelhantes aos conventos e mosteiros, onde mulheres se recolhiam do mundo para dedicar-se a vida religiosa, porém ao contrário dos conventos as internas dos recolhimentos não faziam votos religiosos. Para a concretização deste recolhimento Rosa conta com a doação de “esmolas” de seus adoradores, o local escolhido para a construção do recolhimento, foi a Capela de Nossa Senhora do Parto, por isso o nome de Recolhimento do Parto. Rosa recebe total apoio do bispo do Rio de Janeiro, ao saber da intenção de Rosa em construir o recolhimento. Com um total de 44 mil cruzados Rosa consegue construir o recolhimento. Sendo inaugurado oficialmente em 7 de outubro de 1757.

Porém a documentação oficial de fundação do Recolhimento do Parto omite a participação de Rosa em sua construção, mas segundo Mott há indícios de que a versão de Rosa seja a verdadeira.

A nosso ver, a omissão do nome de Rosa Egipcíaca como fundadora deste recolhimento se deve por duplo preconceito: por tratar-se de uma negra e, sobretudo, por ter sido presa pela Inquisição, considerando que o estigma de um penitenciado pelo Santo Ofício deveria permanecer por três gerações consecutivas, não interessando as regentes, sucessoras da desafortunada fundadora, manter viva memória tão vergonhosa (Mott, 1993. P. 266).

Mott relata a difícil tarefa de tentar reconstruir como era o recolhimento de Rosa, pois existe pouca documentação a respeito e as que existem omitem a participação de Rosa. Mott caracteriza o recolhimento como sendo um casarão de forma retangular com dois andares, um edifício bem imponente e grandioso.

Rosa nunca foi oficialmente regente do Parto. Negra, ex-prostituta, tropegamente alfabetizada, vexada por espírito irrequieto, não oferecia as condições mínimas para merecer nomeação por parte do bispo. Não obstante recair em outra beata a direção oficial desta casa recém-fundada, [...] na pratica, contudo, era a negra quem comandava, tanto que a partir desta época passa a ser chamada por todos de madre: Madre Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz, tinha então, 36 anos (Mott, 1993. P. 298).

Pouco se sabe sobre as primeiras recolhidas, apenas que no total eram doze recolhidas brancas e nove, sendo mestiças, negras e mulatas. A diferença social das recolhidas era o diferencial do recolhimento de Rosa, provavelmente não havendo na época outro com esta característica.

[...] Construído o recolhimento, chegou a abrigar uma vintena de moças-donzelas e ex-mulheres da vida, sendo metade delas negras ou mulatas. Viviam de doações dos fiéis e dos parentes das recolhidas, seguindo a rotina comum a tais instituições leigas com religiosas sem votos perpétuos, incluindo a recitação coletiva do Ofício de Nossa Senhora e outras liturgias e sacramentais, além do trabalho de manutenção da casa pia e demais exercícios comunitários. Entre as recolhidas, estavam as três filhas de um ex-senhor de Rosa de São Joao del. Rei, compadre do Xota-Diabos (Mott, 2005. P. 10).

Rosa agora vivendo no recolhimento, passa a ser considerada como a principal vidente e divulgadora, no Brasil, do culto aos sagrados Corações de Jesus e Maria, que na época era somente cultuado na França. Para homenageá-la foi construída a capela dos Sagrados Corações, que existe até hoje, mais sem ter nenhum registro que lembre quem foi a mulher que possibilitou a sua construção.

Quando Rosa recebia suas visitas espirituais as documentavam, chegou a escrever um livro,

[...] a negra coura escreveu mais de 250 folhas do livro Sagrada Teologia do amor de Deus Luz Brilhante das Almas Peregrinas, no qual diz que o Menino Jesus vinha toda dia mamar em seu peito e, agradecido, penteava sua carapinha; que Nosso Senhor trocava seu coração com o dela; que, no seu peito, trazia Jesus Sacramentado; que morrera e tinha ressuscitado; que Nossa Senhora era Mae de Misericórdia; que ela, Rosa, recebera de Deus o título e encargo de

ser Mae da Justiça, dependendo de seu arbítrio o futuro de todas as almas, se iam para o céu ou para o inferno; que ela própria era a esposa da Santíssima Trindade, a nova Redentora do mundo (Mott, 2005. p. 10).

Um passo de extrema importância para o crescimento do conhecimento espiritual de Rosa foi aprender a ler e escrever, sendo a primeira escrava africana alfabetizada no Brasil. A rapidez com que Rosa aprendeu a rezar e a praticar alguns hábitos do catolicismo é surpreendente. Mott relata a lastimável perda que representou a destruição das páginas escritas por Rosa, logo após esta ser expulsa do recolhimento.

Muitos fiéis frequentavam o Recolhimento do Parto, alguns para ouvir conselhos de Rosa, outros para buscar, uma espécie de biscoito, feito com farinha e a saliva de Rosa, biscoitos estes que eram vistos como milagrosos, curando diversas enfermidades, entretanto nada temos de comprovado da veracidade destas curas (MOTT, 1993).

Após vários escândalos, como por exemplo, um boato de um provável envolvimento amoroso de Rosa com seu fiel amigo Padre Francisco, a relação de Rosa com o clero do Rio Janeiro, estava abalada, quando mais uma confusão envolvendo Rosa acontece, tornando-se motivo para o bispo, Dom Antônio do Desterro, ordenar a expulsão de Rosa do recolhimento.

Estando por estes dias a rezar na igreja dos franciscanos, viu que uma mulher se comportava indevidamente, conversando com outra durante o ofício divino. Incontinente, Rosa, ou melhor o espírito zelador dos templos avança contra esta irrequieta criatura. Para sua infelicidade, tratava-se de Dona Quitéria, esposa do Dr. Jose Gomes, “importante letrado”, e grande amiga do mestre de teologia, Frei Manuel da Encarnação, inimigo de Frei Agostinho (Mott, 1993. P. 387).

Neste episódio Rosa é tirada a força da igreja, a sua atitude foi vista como total desrespeito, pois está se tratando de uma mulher pertencente a elite, e Rosa era somente uma negra, ex-escrava.

Por sete meses seguidos a, “abelha rainha” ficará proibida de entrar em sua colméia, nesta “nobre casa”, em cuja fundação tanto se empenharam. Neste segundo semestre de 1758, desterrada do Parto, Rosa viveu, primeiro em casa de sua fiel devota, Dona Maria Tecla de Jesus, viúva de 48 anos, moradora da rua da ajuda. Depois, foi viver

na própria residência do Padre Francisco, anexa ao recolhimento (Mott, 1993. P. 395).

Para Mott, tudo leva a crêr que as autoridades eclesiásticas perseguidoras de Rosa simplesmente passaram a creditar na sua inocência ou por simples esquecimento deixaram-na recuperar seu espaço no Recolhimento do Parto (MOTT, 1993).

O retorno da fundadora ao recolhimento ocorreu logo após a frustrada profecia do dilúvio, fracasso que, em vez de abalar ou destruir a fé dos devotos e recolhidos na predestinação de Rosa Maria, aumentou-lhes a crença e confiança, pois atribuíram a suas poderosas preces o aplacamento da ira divina, postergando o dilúvio para futuro imprevisível. De novo dentro do recolhimento, Madre Rosa, em vez de moderar seus arroubos místicos e acautelá-la, para nunca mais dar motivos as autoridades eclesiásticas de repreendê-la, ou mesmo castigá-la, como já ocorrera por duas vezes em menos de uma década, [...] Rosa fez exatamente o contrário (Mott, 1993. P. 451).

O dilúvio citado acima se trata de uma profecia divulgada por Rosa de que haveria um dilúvio que destruiria Minas Gerais e o Rio de Janeiro, lavando o pecado destas cidades, a profecia não se concretizou, mas os fieis de Rosa, ao contrário do que se pensava não tiveram sua fé abalada, diziam que não ocorrera dilúvio graças às orações de santa Rosa.

A devoção a Rosa era fortemente influenciada pelo Padre Francisco Lopes, alguns de seus fieis diziam venerar Rosa devido a garantia que o padre dava da predestinação celestial de Rosa, este dizia que Rosa era a maior santa do céu, depois do Padre Francisco quem mais contribuiu para a consolidação da santidade de Rosa foi o Sr. Pedro Rois Arvelos (MOTT, 1993).

A adoração por Rosa atinge elevado grau, ao ponto de seus objetos de uso ser disputados por seus devotos, como sendo relíquias religiosas,

Dente, sangue e cabelos não foram os únicos elementos corpóreos de Rosa, piamente venerados como relíquias e matéria-prima para poções milagrosas. Também a sua saliva e objetos por ela utilizados mereceram igual devoção, sempre tendo Padre Francisco como inspirador de seu uso e alicerçador de suas virtudes curativas. Irmã Ana do Coração de Maria ratificou ter o capelão mandado guardar a água da bacia onde Rosa lavava as mãos e o rosto, misturando-a com um pouco de açúcar e um pingo de vinho “para disfarçar a cor e não saber que água era”, para ser dada aos enfermos. Disse que o próprio sacerdote fazia uso de tal beberagem quando tinha algum incômodo,

recomendando que “todos tivessem fé nesta mezinha [pois] haviam de sarar de enfermidades do corpo do ou espírito”. A saliva de Madre Rosa, de todos os elementos de seu corpo, foi a que mereceu maior devoção (Mott, 1993. P. 459).

Da saliva de Rosa era feito uma espécie de biscoito, um pouco de farinha e saliva, amassadas até formar uma massa, que era moldada em forma de biscoitos, assados no forno até torrar. Eram distribuídos no recolhimento e aos devotos de Rosa, para serem ingeridos com um pouco de água ou água benta, sendo divulgados como serem biscoitos com poderes curativos (MOTT, 1993).

A saliva humana recebe diferentes tratamentos ou significados de cultura para cultura. Cuspir em alguém representava grave insulto, enquanto a troca de salivas no beijo de enamorados, uma manifestação de paixão. Entre nossos aborígenes, além de sua utilização como remédio, não era objeto de repulsa, tanto que, para se fazer o melhor cauim, deveriam as velhas de a aldeia mastigar o milho e cuspi-lo num recipiente para fermentar. [...] também as religiões usaram a saliva como matéria sacramental. O próprio Cristo curou um cego em betsaida “pondo-lhe saliva nos olhos” (Mott, 1993. P. 461).

Portanto não foi invenção de Padre Francisco a utilização da saliva de Rosa na fabricação de biscoitos como poderes curativos e de proteção.

Neste período de sua vida, Rosa já possuía uma fama bastante considerável, isto significa que as autoridades eclesiásticas, possuíam conhecimento sobre a conduta de Rosa e de suas bizarrices, sendo este período o de principal atuação da inquisição, por que Rosa ainda não tinha sido denunciada? Mott diz que não se tem nada de explícito sobre este fato, mas ele encontrou algumas pistas que levaram-no a concluir que, é somente após se indispor com alguns membros do clero carioca, que Rosa é denunciada a inquisição.

Mestre Egipcíaca incorreu em dois grandes pecados no seu relacionamento com o clero carioca: criticou abertamente o indigno proceder dos “operários da vinda do Senhor” e, mais do que isso, ousou agredir fisicamente alguns destes maus presbíteros, ferindo o artigo 915 das mesmas Constituições, que previam as penas de excomunhão, degredo ou multas pecuniárias a quantos ofendessem alguma pessoa sagrada ou dedicada ao culto divino (Mott, 1993. P. 579).

As sessões do inquérito de Rosa têm início após o dia seguinte da denúncia, no dia 26 de janeiro de 1762, a julgar pela rapidez, conclui-se que as autoridades

inquisidoras consideram grave o caso de Rosa. Ao todo foram ouvidos doze homens e sete mulheres, entre estes três sacerdotes, algumas recolhidas e ex-recolhidas. O primeiro a ser ouvido foi Padre Francisco Gonçalves Lopes.

Padre Francisco declara conhecer muito bem Rosa e que esta era uma boa serva de Deus. Com exceção de Padre Francisco, todas as outras testemunhas de alguma forma deram a entender que Rosa era uma herege, falsa profetiza e uma charlatã. Ao terminar de ouvir estas testemunhas os comissários do Santo Ofício já dispunha de elementos suficientes para decretar a prisão de ambos, Padre Francisco e Rosa.

Rosa é presa no dia 20 de fevereiro de 1762, e Padre Francisco no dia 8 de março daquele mesmo ano, Mott (1993) diz não ter dados que informam sobre a permanência dos presos na cadeia do Aljube, no Rio de Janeiro, mas cita que antes de serem presos cuidam em destruir e ocultar qualquer prova que pudesse comprovar algo contra ambos. Após ser presa Rosa é ouvida, omitindo fatos de sua vida que fizessem com que esta pudesse ser considerada culpada do crime de heresia, um dos fatos omitidos são as profecias que não se realizara, a utilização de sua saliva e pertences como objetos místicos.

Na primeira fase do inquérito, o comissário era responsável somente por ouvir as testemunhas, sem-confrontar ao aprofundar nos testemunhos. Ao saber da prisão de Rosa e Padre Francisco, os ex senhores de Rosa, o Sr. Pedro Rois Arvelos e sua esposa Dona Maria Teresa, praticamente se oferecerem para testemunhar, acredita-se que não passava de uma tentativa de si livrar da culpa, por julgarmos ser bastante severo o castigo de quem compactuava com o crime de heresia e o Tribunal do Santo Ofício ser considerado na época uma espécie de “bicho-papão”.

Após quase um ano presos no Aljube do Rio de Janeiro, Rosa e Padre Francisco foram transferidos para Lisboa, sendo presos no Tribunal da Inquisição, a viagem até Lisboa levou três mês, as condições desta viagem eram péssimas, devido à pouca e de má qualidade da alimentação, dos insultos e agressões físicas, não era incomum ocorrerem mortes durante esta travessia (MOTT, 1993).

Chegando a Lisboa, os presos ficaram aguardando por dois meses na cadeia de custódia até serem ouvidos. Rosa é ouvida em outubro de 1763, sendo a primeira por Padre Francisco estar doente impossibilitado de comparecer à audiência. A mesa julgadora do caso de Rosa foi formada por sete juizes, como era de praxe tudo que ocorria nestas audiências era anotado, para Mott (1993), Rosa já possuía experiência

neste tipo de interrogatório, Rosa diferente de outras falsas santas manteve-se firme na defesa de sua santidade.

Padre Francisco após passar por um logo período enfermo, somente e ouvido em dois de agosto de 1763,

Desde esta sua primeira audiência, tenta o Padre Francisco eximir-se de sua culpa através de dois artifícios: primeiro, alegando ter sido inocentemente enganado pela negra, sua ex-escrava. [...] Padre Francisco arrenega desde sua primeira confissão qualquer crença nas virtudes e predestinação de sua querida Rosinha, declarando agora perceber que “tudo nela era puro fingimento”. Mais ainda: para demonstrar sua completa conversão, diz que “graças a Deus, pela misericórdia divina, foi trazido ao Santo Ofício, conhecendo agora verdadeiramente seu engano; caso contrário, condenaria sua alma”. Exime-se de culpa, acrescentando mais outro argumento: reconhece-se homem “sem letras nem talento, mal conhecendo a lição de seu breviário e alguns livros espirituais”, [...] A segunda atenuante utilizada pelo velho clérigo, a fim de inocentar-se, era ter-se fiado no aval de outros sacerdotes mais doutores e credenciados do que ele próprio, inclusive em algumas autoridades eclesiásticas que afiançavam ser Rosa vítima de uma inquestionável possessão demoníaca e predestinada por Deus para importante missão espiritual (Mott, 1993. P. 659 a 660).

Nesta tentativa de se livrar da culpa, Padre Francisco relata todos os fatos possíveis que posam culpar Rosa, citando também um ocorrido na viagem de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, que segundo este Rosa tenta seduzi-lo sexualmente. Entretanto nesta altura, os inquisidores possuíam de sobra provas que comprovam a verdadeira participação do Padre Francisco na construção da suposta santidade Rosa.

Não há caminho mais certo para se ter o perdão da Igreja e do Santo Ofício do que uma sincera e verdadeira confissão. [...] continua a encobrir a sua malícia e se desculpar com insignificantes respostas, desculpando-se com o afetado pretexto da ignorância, [...] Advertimos, porém, que é errado e temerário seu pensamento, e que não é fácil o engano que pretende, nem com as confissões satisfaz as provas da justiça, pois a provas deque adorava Rosa, e obrigava muitas pessoas a fazê-lo, sendo ainda hoje dominado pelo mesmo espírito de hipocrisia’ (Mott, 1993. P. 666).

Após ouvir isto dos juízes, Padre Francisco admite que a adorava, como santa e passando falar a verdade sobre os fatos, mais sempre que possível atribua a maior parcela de culpa a Rosa. No dia 27 de setembro de 1764, a mesa inquisidora encerra o processo de Padre Francisco, dando a seguinte sentença, considerando todos os prejuízos causados pelo Padre Francisco Gonçalves Lopes, em divulgar a falsa santidade de Rosa, condena-o a cinco anos de exílio em uma vila pertencente a região de Algarve em Portugal, ficando para sempre suspenso de confessar e fazer exorcismos (MOTT, 1993).

Luiz Mott, cita não ter mais nenhuma informação do que ocorrera com Padre Francisco após a sua ida para o exílio, nem dados de sua morte, encerando assim sua participação na biografia de Rosa.

Continuando a ser interrogada, Rosa dá seu último testemunho no dia quatro de junho de 1765, manteve-se firme como sempre, não negando nada de ocorrido em sua vida.

Rosa, em contrapartida, deu um heróico espetáculo de autenticidade, insistindo em muitas sessões que nunca mentiu nem inventou coisa alguma: confirmou que todas as suas visões, revelações e êxtases foram reais. De fato, ela acreditava ser uma predestinada e que Deus em sua misericórdia, a tinha escolhido para revelar ao mundo seus fantásticos desígnios. Enquanto os inquisidores estimulavam para que dissesse a verdade, revelando que tudo não passara de fingimento para chamar atenção sobre sua pobre figura, Rosa disse o contrário: “tudo vi e ouvi”. Sua coragem e autenticidade a qualificam como verdadeira heroína da fé de Cristo (Mott, 2005. P. 17).

A partir desta data, inexplicavelmente, é interrompido o processo de Rosa, ficando assim, inconcluso, sendo o único a ficar assim, segundo Mott (2005). Para Mott devido tudo que já avia ocorrido, este processo já está à beira do fim, já havendo provavelmente uma sentença decidida pelos juízes.

Fica uma questão no ar, Rosa Egipcíaca foi condenada ou absolvida pelo Tribunal? Se realmente foi condenada, qual seria a sua pena? Para Mott (2005), Rosa seria condenada, pois outras beatas que foram presas, nas mesmas circunstâncias de Rosa, foram condenadas, este avaliou que esta deveria ser condenada a pena de açoites e degredada por cinco anos para o Algarve.

Luiz Mott levanta duas hipóteses sobre o fim da vida de Rosa,

[...] ou a preta Rosa, como era depreciativamente referida no processo inquisitorial, ex. Madre Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz morreu incógnita no cárcere inquisitorial, de doença natural ou velhice é pela sua insignificância esqueceram-se o notário ou o médico do Santo Ofício de registrar no processo o seu falecimento, ou, então, quem sabe, o próprio Menino Jesus encarregou se de salvar da prisão e levar sua velha mãe- de -leite direto para o céu, agradecido e saudoso do aconchegante colo de sua mãe preta tão querida! (Mott, 2005. P. 18).

O principal erro de Rosa na visão de Mott foi ter-se afastado da doutrina oficial da Igreja Católica, propondo certas novidades claramente opostas aos dogmas tradicionais da igreja, tornando-se herege. Neste sentido Mott (2005), acredita que mesmo por viver em um período, onde o racismo era ideologia dominante, aceita e praticada por todos até mesmo pela Igreja Católica, não seria correto afirmar que o clero brasileiro e os inquisidores perderam Rosa sobre influência do racismo, para ele Rosa foi vítima de seus exageros.

O certo é que o tempo se encarregou de sepultar essa fantástica história, silenciando a memória de tais episódios. Por mais de dois séculos a história de vida de Rosa fica esquecida na Torre do Tombo, com a identificação de processo N° 9.065, até ser encontrada por Luiz Mott que se encarregou, e teve êxito, de reconstruí-la.

3.2 A história de uma escrava, prostituta e santa.

Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz é um romance escrito por Heloisa Maranhão, o romance inicia com a fala da escritora e sua personagem, Rosa Maria Egipcíaca. A personagem pressiona a escritora para que ela inicie um novo romance, porém a escritora diz não poder, pois está com viagem marcada para Salvador onde participará de algumas solenidades. Diz ela estar ocupada,

Lutando pela inclusão da história da África negra nos currículos escolares. É necessário marcar definitivamente a contribuição valiosa da cultura negra-africana no Brasil, e que é tão importante quanto a contribuição portuguesa ou indígena. Nós sabemos tanto a respeito de heróis europeus e norte e sul-americanos, mas, desconhecemos impérios e reis negros. [...] É como não falar, no Brasil, de pretos ilustres como Jose do Patrocínio, o jornalista; André Rebouças, o engenheiro; Juliano Moreira, o psiquiatra; Teodoro Sampaio, o

geografo. Aqui entre nós, todo dia eu rezo a São Benedito, o iluminado negro. [...] admiro todos negros. E é ou não é uma santa negra a padroeira do Brasil? Nossa Senhora da Aparecida (MARANHÃO, 1997. P. 10 a 11).

É neste momento que Heloisa aponta a primeira de muitas falas que remetem a nossa realidade. Retomando ao diálogo de ambas, a escritora questiona a negra, “mas quem é você?”, esta responde, “eu me chamo Rosa Maria Egipciaca da Vera Cruz. Isso depois que eu fui batizada. Antes era só Xirico.” (MARANHÃO, 1997). Fato comum na época colonial, o batismo de escravos na Igreja Católica.

Quando questionada por Xirico, sobre se teria medo da morte a escritora responde,

Um escritor se movimenta num universo inventado. Quanto ao mundo real, eu o recuso agressivamente. Rosa Maria Egipciaca da Vera Cruz se ri com muito gosto. _ Ah, então seu projeto de escrever recusa o mundo em que vivem os homens? Não seja tola. Sempre um escritor terá absoluta atração pelos homens. [...] quanto a você, acredito que não tenha medo da morte. Você se sente muitíssimo bem dentro de sua própria pele. Logo, não tem nenhuma razão para se preocupar com a morte. Além disso, seus três personagens: eu, Rosa Maria Egipciaca da Vera Cruz, o Padre Xota e Ismael, o escravo mulçumano de sinhá, já ocupam você satisfatoriamente. Reajo: _ personagem não existe. Você não existe, Rosa Maria Egipciaca da Vera Cruz. Para que você existisse, vivesse, pelo menos era necessário que eu tivesse criado você. Não me lembro de ter nenhuma Rosa Maria Egipciaca da Vera Cruz em nenhum dos romances que já escrevi (MARANHÃO, 1997. P. 15 a 16).

Após este diálogo inicia-se de fato o Romance, com Heloísa apresentando a sua personagem, diz que está interessada na exaltação dos instintos, prazer e alegria, considerando estes fundamentais para a natureza humana, característica marcante mais obras literárias, a exaltação dos sentimentos. Seu nome cristão é Rosa Maria Egipciaca da Vera Cruz e o africano é Xirico, que é uma escrava do engenho de Dom Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque, no nordeste, da capitania de Pernambuco. Nascida no Reino do Benim, pertencente a realeza. Diz ser a escrava favorita do seu senhor, por isso possui algumas regalias, como passear pela fazenda.

Em uma conversa com um velho escravo, Xirico diz que seu sinhô é bem generoso, pois era costume que quando os escravos atingiam certa idade, tornados incapazes de trabalhar eram sacrificados, pois segundo a personagem “não valem mais o feijão que comem”. Este velho escravo saúda Xirico com uma saudação de

sua tribo no Benim, saudação está feita para a realeza, esta responde não ser mais da realeza “Sou escrava. Somos todos escravos, eu e tu Velho Mbende. Tu és escravo Anastácio, e eu, a escrava Rosa Maria Egípcia da Vera Cruz”, (MARANHÃO, 1997).

O velho escravo conta a Xirico das recorrentes fugas de escravos de engenhos e que os que são capturados são torturados, até mesmo mortos, Xirico diz a ele, não ter fugido nenhum escravo da fazenda em que viviam, mas o velho diz que ninguém sabe o paradeiro de um escravo chamado de a Grande Hiena ou Teodoro, seu nome cristão. Xirico diz que irá descobrir onde está o escravo desaparecido através de um feitiço, que consiste na invocação de uma entidade de sua tribo no Reino do Benim, chamada de Xipoco-Xipocué. Falta ao leitor uma caracterização desta entidade.

A entidade surge, e Xirico a questiona sobre o paradeiro da Grande Hiena, esta faz com que Xirico tenha uma visão de uma praia, onde nela está o Padre Xota e um índio. Padre Francisco Gonçalves Lopes ou como é mais conhecido Padre Xota, é um eficaz exorcista, sendo conhecido por todo sul e nordeste. Nesta visão não está o escravo desaparecido, Xirico insiste em questionar onde estaria o tal escravo e o cenário muda por completo.

Xirico agora é levado para uma mata, onde segue uma fila de escravos das mais diversas etnias, eles vão direto para uma serra, onde está um alto e forte negro, Xirico descreve ser este um excelente refúgio, uma espécie de fortaleza defendida pelas montanhas

Ouve-se um escravo falar,

— Grande Zumbi! Vim te pedir proteção. Os senhores são perversos. Humilhamos e nos ofendem. Sei que buscas a libertação de todos nós. Conheço o teu sonho. Em vez de senhores e escravos prevalecem os cidadãos que trabalham juntos na construção de uma história de liberdade, [...] Não aguento mais. Abriga-me. Proteja-me. És meu único salvador (MARANHÃO, 1997. P. 40 a 42).

Outro escravo diz,

Grande Zumbi! Saudações! Nós conhecemos a tua fama. [...] Tua linguagem é nova, é fala de justiça e verdade, pode causar espanto e temor, mas para nós, e escravos, o povo oprimido, é a palavra mágica: esperança. Abriga-nos. Estamos sendo vítimas dos mais torpes abusos. Castram-nos. Retalham nossas bundas (nádegas). Cortam nossas orelhas. Abrasam nossos beijos com tições ardentes. Tapam nossas bocas com laminas de folhas-de-flandres. Enfiam-nos gargantilhas de ferro. Infanticídios se multiplicam. Açoitam-nos até a

morte. E o que dizer do suplicio que é a viagem nos navios negreiros? Um copo de agua a cada três dias para cento e vinte dias de travessia. Amontoam-nos em porões infectos sem luz. Defeca-se onde se pode. Viaja-se praticamente sentado ou deitado em cima de fezes, urina e vômitos (MARANHAO, 1997. P. 42 a 43).

O negro alto, chamado de Zumbi chora ou ouvir isto e diz conhecer todas as violências que fazem com vocês, são tratados como mera força de trabalho, são leiloados nos mercados como meras mercadorias. Darei meu sangue, minha vida pela a libertação de meu povo (MARANHAO, 1997). Zumbi é um dos personagens de destaque na história da participação dos negros na formação de nova sociedade.

Porém Xirico ainda não vê o escravo desaparecido, quando questionada a entidade apenas admite que ali ela não está, e apenas mostra que o então escravo desaparecido está no cemitério de escravos da fazenda e desaparece no ar. O velho escravo sai ao encontro da Grande Hiena é quando se aproxima Ismael, dizendo a Xirico que a sinhá que vê-la.

No caminho Xirico encontra a escrava Sange e seu filho aleijado, quando surge novamente a entidade Xipoco-Xipocué e ordena que Xirico faça o que tem que ser feito, e com um simples toque na cabeça da criança e alguns “salamaleques” dos melhores feiticeiros do Reino do Benim, o menino se levanta, anda e sorri e se atira no colo da sua mãe. Após o acontecido Xirico segue ao encontro de sua sinhá em seus aposentos, estando ambas, a sinhá e Xirico a sós no quarto, a sinhá tem confiança que é uma mulher muito infeliz, Xirico, questiona não haver razão para tamanha infelicidade, diz que está é uma boa senhora,

Sinhá exige senzalas limpas. Ninguém dorme no chão ou arranjando-se em cima de folhas. Ninguém trabalha dezoito horas por dia ao vai para o troco por uma faltazinha de nada. Ninguém cai de fadiga ou dorme em pé e ao jogarem a cana na moenda se descuida e deixa o braço ser engolido pelos cilindros. Aqui não tem escravos com toco de braço ou sem mão, nenhum foi esmagado na cana. Sinhá tem na mesa do sinhô negrinhas bonitas que sinhô elogia. Jamais passou pela cabeça de sinhá servir um doce especial os olhinhos dessas negras bonitas, arrancados na ponta da faca, boiando em calda doce, como se tem feito em tantos engenhos do nordeste. [...] nenhuma escrava teve seus dentes quebrados a martelo (MARANHAO, 1997. P. 52 a 53).

A sinhá a interrompe referindo-se ao suposto milagre feito por Xirico, a pouquíssimo tempo atrás, Xirico diz ter a intenção de ajudar sua sinhá como fizera

com o filho de Sange, porém sua sinhá diz não querer nada de maligno feito com restos mortais, a tranquiliza dizendo não fazer este tipo de coisa. Xirico insiste que a sua sinhá deve passar uma noite na companhia de Ismael, um escravo do engenho, está depois de muito recusar, aceita.

Chega a noite e Xirico se dirige para o quarto do seu sinhô, que não estava presente no engenho naqueles dias, na esperança de ter uma boa noite de sono, porém nos seus primeiros minutos de sono, Xirico tem uma visão com uma senhora, vestida de azul e branco, dizendo ser a sua padroeira, seu nome era Santa Rosa Maria Egípcia da Vera Cruz, protetora das prostitutas. É graças à existência desta santa é que Xirico teria o nome de Rosa Maria Egípcia da Vera Cruz. Ao ouvir isto, Xirico rapidamente diz não ser prostituta, que por desvios da vida teria se tornado escrava, totalmente contra a sua vontade. Xirico decide contar a santa história de sua chegada ao Brasil.

Esta diz ter sido comprada na cidade de Recife na capitania de Pernambuco, por seu sinhô, Dom Diogo. Diz ter sido examinada caprichosamente por um médico que comprovou não ter nenhuma doença, na época tinha apenas quinze anos de idade. Xirico diz que seu sinhô, a prometeu jamais colocá-la como “escrava de ganho” que ela seria sua favorita. Xirico torna a afirmar a santa que não era uma prostituta por se relacionar com seu sinhô, ela apenas aceita o que a vida lhe dá, e que se fosse uma coisa ruim ela daria um jeito de cair fora (MARANHÃO, 1997).

Após a afirmação de Xirico, a santa afirma que ela sim foi uma prostituta, dando a entender que Xirico também na condição de prostituta, seria uma santa, Xirico prontamente diz crer que jamais poderia ser uma santa cristã. A santa insiste para que esta pelo menos tente ser uma santa cristã, que seu nome ficar eterno na história do cristianismo, logo após ter dito isto a santa desaparece no ar, e um sono profundo toma conta de Xirico, que é acordada somente com as batidas em sua janela do escravo Ismael, que viera lhe contar como fora a noite ao lado de sua sinhá.

Sabendo da mal sucedida noite, Xirico vai até o pomar pegar frutas para amimar a sua sinhá, porém antes mesmo de chegar até o quarto da sinhá, Xirico se depara com uma enorme confusão, com pessoas gritando, escravas com baixas de água benta, quando mandão chamar o Padre Xota, cuja missão segundo Xirico é curar as mentes torturadas pelo demônio. A confusão se dava por um estado de fúria que se encontrava o filho mais novo da sinhá, por ter perdido seu animal de estimação, uma cabra. Presenciando aquela cena Xirico manda que o velho escravo encontre a cabra,

este reclama de ser velho e não ter mais agilidade, Xirico então o transforma em um jovem novamente. Em seguida Xirico entra no quarto e lá está o sinhozinho e consegue acalmá-lo, dizendo que traria sua cabra de volta, dentro de pouco tempo o velho escravo retorna com a cabra, causando enorme alegria ao sinhozinho.

Dom Minézio, padre da região, que acompanhou toda a fúria do Sinhozinho, relata o que acabara ocorrer com o Padre Xota, dizendo ter quase certeza que Rosa Maria Egípcia da Vera Cruz era uma feiticeira, o Padre Xota o adverte, e diz saber que ele era comissário do Santo Ofício. Padre Xota diz a Dom Minézio, que se este denunciar Rosa Egípcia ele também será denunciado por pecados graves contra a moral e a fé. Logo após advertir Dom Minézio, Padre Xota segue até os aposentos da Sinhá, para lhe dar a triste notícia que seu esposo Dom Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque estava morto e que seu corpo chegaria ao engenho no dia seguinte.

Ao ouvir a notícia por detrás de uma porta, Xirico entra no quarto da Sinhá e diz que o filho que ela está esperando é de seu agora falecido senhor, a Sinhá então anuncia que esta criança será tratada como filho legítimo de Dom Diogo. Porém no dia do nascimento da criança, que é um menino, nasce morto. Xirico fica desolada, quando ouve uma voz já conhecida, é a voz de Xipoco-Xipocue, dizendo que Xirico, perdera seu filho por castigo por ter se aproximado de cristãos e até mesmo ter aceitado uma santa cristã como padroeira.

A entidade se demonstra revoltada com Xirico por esta ter se esquecido da luta de seu povo, da exploração do povo escravo, esta diz que em alguns anos vai haver uma guerra que seu povo será usado como “bucha de canhão”, uma guerra que serviria para matar negro, a referida guerra é a hoje conhecida Guerra do Paraguai. Ela finaliza sua fala, dizendo que a escravidão deturpa a mente dos negros, fazendo com que eles não tenham consciência de sua situação (MARANHÃO, 1997).

Após a visita de Xipoco-Xipocue, Xirico perde os sentidos, acordando na senzala, após alguns dias, já passaram o enterro de seu filho, que fora enterrado como toda hora que um filho legítimo de um dono de engenho era. Ainda na senzala rodeada de amigos escravos e também por Padre Xota, Rosa Maria Egípcia da Vera Cruz, quando recebe a visita de dois amigos de seu falecido senhor, dando-lhes notícias da leitura do testamento de Dom Diogo.

No testamento estava escrito;

Alforrio pela amizade que me dedicou bem como os leais serviços que me prestou a escrava de nome africano Xirico e que depois de

batizada na capela do meu engenho tomou o nome de Rosa Maria Egípcia da Vera Cruz. Passo-lhe a legitima propriedade de quatro escravos, homens e de três mulheres, a sua escolha; deixo-lhe em herança a mina de ouro que possuo nas imediações de Vila Rica, conhecida pelo nome de Mina de São Bernardino, e três sacos de moedas para suas despesas de instalação, na cidade de Vila Rica (MARANHÃO, 1997. P. 114 a 115).

Segundo o testamento, Xirico, deveria deixar o engenho, juntamente com o Padre Xota, que ficaria responsável em ajudá-la nesta nova vida. Dom Diogo também alforriou o escravo Teodoro, também conhecido de A Grande Hiena. Depois de uma longa e difícil viagem que duraria meses, Xirico chega a Vila Rica, é fica espantada com a riqueza da cidade. Tudo já havia sido preparado pra a chegada de Xirico, a casa, e seus três escravos.

Logo após sua chegada bate em sua porta o capataz de sua mina, trazendo um escravo, dizendo que o delito que ele cometera era grave, questiona Xirico como deveria castigá-lo, Xirico se põe a examinar o pobre escravo, é tem uma grata surpresa. Manda que solte o escravo imediatamente, e pergunta qual era o nome daquele escravo, o capataz responde que este se chama Galdino. Xirico manda que Galdino se levante, quando este o faz, também se surpreende ao ver em sua frente sua sobrinha, a princesa do Benim. Passam horas conversando, Xirico diz a Galdino que lhe dará sua alforria,

- O senhor é meu tio, já a tem. Amanhã mesmo, Leôncio Correia providenciará a sua carta de alforria. O que vou fazer e o seguinte: afasto definitivamente o capataz, e o senhor, vai dirigir a minha mina de ouro. Todos os escravos serão alforriados, e os que quiserem continuar assim o farão nas seguintes condições: o ouro que extraírem, metade é deles, e a outra metade é minha. Quero que eles passem então suavemente de escravos a cidadão deste país. As condições de trabalho serão rigorosamente revistas. Quero renovação do ar nas galerias. Não aceito homens morrendo sufocados ou soterrados. Ninguém me carregara peso além das suas forças. Fim de castigos. Não há mais escravos fujões que apanhados sofrem perda do tendão-de-alquiles de um dos pés, e que é cortado. Não há barbaridades na minha mina de ouro. Quanto a vocês, Matilde e Engrácia, vocês também serão alforriadas. Não quero ninguém, ao meu lado, na qualidade de escravo. Continuaram a trabalhar pra mim se o quiserem e terão uma justa renumeração e horário de lida e descanso e férias em cada tempo de serviço cumprido (MARANHÃO, 1997. P. 183 a 184).

No dia seguinte Xirico, agora chamada de Dona Rosa Maria, se dispõe a visitar pessoas influentes da cidade. O primeiro seria um militar misterioso, chamado de Joaquim José da Silva Xavier, que além de militar também seria dentista, mesmo Leôncio se demonstrar contra a esta visita, segundo ele Dona Rosa Maria não deveria se encontrar com pessoas deste tipo, envolvidos com política. Não estando este em sua residência, parte na busca por tal de Antônio Francisco, ou Aleijadinho, este na opinião de Leôncio, seria difícil a visita, pois não aceita visitas, mas Dona Rosa Maria insiste. Na procura de Aleijadinho, que por sinal foi frustrada, Leôncio questiona Dona Rosa Maria, se esta não frequentaria a missa aos domingos, esta responde prontamente que sim, porém até este momento não há dados da participação de Xirico, em rituais católicos.

Estando Dona Rosa Maria em sua residência, chega Leôncio dizendo que jamais se vira na cidade de Vila Rica tal ato de alforriar todos os escravos, que o ato de Dona Rosa Maria era visto por todos como escândalo, mais o escândalo maior era o grande número de pessoas possuídas pelo demônio, aumentado a demanda de exorcismo, não dando conta de tantos, Padre Xota chama Frei Alberto, também conhecido por suas habilidades de exorcista, conscientemente casos de possessões começaram a ocorrer após a chegada de Rosa Egípcia, e nos lugares que ela havia visitado na cidade.

Ao saber dos casos de endemoniados, Rosa Egípcia, vai visitar Padre Xota, estando dentro da igreja está se põe a pensar que seria uma boa cristã,

Sem dúvida o meu desejo é o de ser um bom cristão. Um bom cristão! Mais estimaria muito ser venerada como santa, já, e não somente depois de morrer. Como o aval explícito de todos os padres. Padre Xota na cabeça dessa procissão. Gostaria que minha saliva fosse utilizada na confecção de bolinhos milagrosos, que seriam disputados a peso de ouro pelos fiéis, todos fiéis. [...] fundarei um convento, ou seria melhor um recolhimento de mulheres pecadoras que se arrependeram ou não tem a onde morar. Sem dúvida para mostrar a minha humildade varrerei o chão da igreja. O coração de Jesus trocado com o meu e nenhuma alma subira aos céus sem meu crivo. Deus fez Nossa Senhora a “mãe da justiça”. Eu serei a “mãe da misericórdia”. Todas as freiras do recolhimento que vou fundar, ao me verem nas galerias dessa casa, respeitosamente inclinarão suas cabeças, e quando a ladainha citarem a “mãe da misericórdia” acrescentaram o meu próprio nome: Rosa Maria Egípcia da Vera Cruz Dois. Sim, é claro, porque há a Rosa Maria Egípcia Um, que é a minha padroeira. O Padre Xota edificando mandara confeccionar um quadro e o colocara no altar do recolhimento, e nele eu estou representada, não com os meus mantos dourados do Benim, mais sim com o habito

franciscano. Minhas roupas serão preparadas para servir de relíquias após a minha morte. Serei profeta, terremotos. Dilúvios. Fruto da ira de nosso Deus revoltado. Acredito que posso dar de mamar ao Menino Jesus. Desprezam a raça negra? Eu serei a mais respeitada (MARANHÃO, 1997. P. 210 a 211).

A visita a Padre Xota teve que ficar para outra ocasião, pois este teve que sair apressado para realizar mais um exorcismo. Já estando andando pelas ruas de Vila Rica, voltando para casa, Rosa avista um cartaz e o lê, era um cartaz de procura de escravo fugido. Logo ela pensa que mandara Leôncio, descobrir quem é este escravo; vou comprá-lo em seguida lhe darei a sua alforria.

Estando Rosa próximo a porta de sua casa, aproxima-se um homem, todo coberto por uma capa, ele se apresenta como Aleijadinho, este a presenteia com uma estátua de São Jorge, pelo seu feito de alforriar seus escravos. Pouco tempo depois bate na sua porta, um homem alto, de olhar sedutor, apresenta como Tiradentes, tiveram uma longa conversa.

A noite durante o jantar, curiosa em saber mais sobre o santo que ganhara de Aleijadinho, Rosa pergunta a suas criadas, “quem é São Jorge?”, Engrácia responde: este santo e o mais louvado nos terreiros de mandingueiros e calundzeiros. Ele é o preferido das feiticeiras é o santo que desafia os tiranos (MARANHÃO, 1997).

Durante aquela noite, Rosa durante o sono tem a visão de Tiradentes, algemado, sendo executado, na frente de um recolhimento, chamado de Recolhimento do Parto. Acordando assustada pela manhã, se arruma, pois logo chegaria Leôncio para irem à igreja. Chegando a igreja, lotada por sinal, eram a atração da igreja, todos os olharam, pois sabiam que aquela negra era a dona da melhor mina de ouro da região.

Ao ver na igreja pessoas que segundo Rosa, tinham um comportamento de pecado, empunha um chicote e grita: “ser um bom cristão e expulsar do templo o pecador”, chicoteia dois índios, e uma senhora e sua filha, Padre Xota e Frei Alberto, se põem a exorcizá-la, jogando-a água benta (MARANHÃO, 1997). Porém esta não estava possuída por um demônio, apenas seguiu ao pé da letra o que o Padre Xota havia lhe dito, que para ser um bom cristão tinha que expulsar o pecador do templo, Padre Xota adverte e diz para que então assista a missa quieta. Tudo some no ar. “Consegui. Virei um dia e uma noite, mais terminei o meu romance”, diz a escritora, dando de cara com Rosa Maria Egipcáca da Vera Cruz.

A personagem diz a autora, todo romance tem começo, meio e fim, responde a escritora, “um escritor se movimenta num universo inventado. Agora, passo eu para o universo de verdade. Dê o fora, Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz; você cumpriu perfeitamente ao que veio. Eis o fim” (MARANHÃO, 1997).

CONCLUSÃO

Neste trabalho apresentou-se a vida de uma mulher negra e africana no Brasil colonial, Rosa Egipcíaca, sobre a visão de uma obra que refez a sua biografia e um romance inspirado na sua trajetória de vida.

Através da vida desta ex-escrava africana, alguns aspectos cruciais da sociedade colonial brasileira merecem maior reflexão, por exemplo, num contexto, onde negro equivalia à escravidão, e os africanos eram desprezados como raça inferior, “sangue-impuro” não deixa de ser notável a veneração e verdadeira idolatria de inúmeros brancos, incluindo ex senhores e membros do clero.

Aborda-se a importância da literatura como parâmetro para a escrita da história apesar de ambas terem formas distintas de representar o contexto retratam apresentam o ser humano em cada época e espaço de sua história possuindo um público e um leitor destinatário. A literatura na perspectiva da história social é uma forma de representação da realidade, elas automaticamente fornecem um, retrato de um espaço e tempo que serve como fonte para se a compreender, analisar e interpretar uma determinada época.

Assim sendo foi possível caracterizar o cenário, em que viveu Rosa Egipcíaca, o Brasil nos séculos XVII e XVIII, a sua sociedade em formação, sua economia dependente de Portugal, a inserção da escravidão negra como mão-de-obra, e a participação da Igreja Católica na consolidação desta.

Analisou-se a vida de Rosa, através da obra de Luiz Mott, intitulada de *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil*, destacando aspectos importantes em sua vida, como os seus primeiros anos aqui no Brasil, sua inserção no catolicismo e prisão pelo Tribunal do Santo Ofício. Trata-se de uma obra completa, o autor preza por situar o leitor no cenário que está sendo descrito, fazendo uma caracterização minuciosa de alguns aspectos, tais como, as nações de africanos vindas para o Brasil na época, a chegada dos franciscanos e como era feito o trabalho do Santo Ofício.

A história de Rosa contada através dos olhos da literatura, pela obra de Heloisa Maranhão, trata-se de um romance chamado de Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz, que apesar de não ter nenhum compromisso em relatar fatos reais, dá muitos aspectos do cenário em que viveu Rosa.

Alguns pontos divergem sobre como e onde viveu Rosa, na obra de Mott, Rosa vive primeiramente ao chegar ao Brasil no Rio de Janeiro, indo para Minas Gerais em

1733, retornando ao Rio de Janeiro em 1751. No romance de Heloisa Maranhão, Rosa viveu primeiramente em Pernambuco, depois em Minas Gerais. O romance não foca muita no aspecto da inserção de Rosa na religião católica, como Mott faz, este peca por focar quase que somente no lado sexual da vida de Rosa Egipcíaca, talvez devido ao seu “não” compromisso com a realidade. Em ambas as obras aparecem o Padre Francisco, figura de destaque na vida de Rosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Valdeci Rezende. **História e Literatura: Algumas Considerações**. Goiás: Revista de Teoria da História, Ano 1, n. 3, junho/ 2010. Disponível em: https://www.historia.ufg.br/up/114/o/ARTIGO_BORGES.pdf

FURTADO, Júnia Ferreira. **Cultura e Sociedade no Brasil Colônia**. Atual, São Paulo.

MARANHÃO, Heloisa. **Rosa Egípcia da Vera Cruz: a incrível trajetória de uma princesa negra entre a prostituição e a santidade**. Editora Rosa dos Tempos. 1997, Rio de Janeiro.

MOTT, Luiz. **Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial**. Ano 3 – nº38, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Rio Grande do Sul, 2005.

_____, Luiz. **Rosa Egípcia, Uma Santa Africana no Brasil**. Editora Bertrand Brasil S.A. 1993, Rio de Janeiro.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. . **História e literatura: uma velha-nova história**, Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/document1560.html>.

_____, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/.../3045>

_____, Sandra Jatahy. **O Mundo Como Texto: leituras da História e da Literatura**. História da Educação, Pelotas, set. 2003. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>

PRADO, Patrícia Martins Alves do. **História e Literatura: um diálogo possível**. 2012 Disponível em: www.cadernoterritorial.com/news/historia-e-literatura-um-dialogo-possivel-patricia-martins-alves-do-prado

SENA JUNIOR Gilberto Ferreira. **Realidade Versus Ficção: A Literatura como Fonte para a Escrita da História** 2013. Disponível em: www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT13/GT13-GILBERTO.pdf

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Disponível em: www.jararaca.ufsm.br/websites/rila/download/RILA-6/Resenha6_2.pdf

SILVA, Alberto da Costa e. **A Manilha e o Libambo: a África e escravidão, 1500 a 1700**. Rio de Janeiro, Novas Fronteiras: Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

THORNTON, John K. **A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico (1400 - 1800)** Tradução Marisa Rocha Motta, editora Campus, Rio de Janeiro, 2004.

SANTOS, Zeloí Aparecida Martins dos, **História e Literatura: uma relação possível.** Revista Científica, Curitiba, ano II, v.2, jan-dez/2007. Disponível em: <http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/RevistaCientifica2/zeloidossantos.pdf>

WEHLING, Arno, Maria José. **Formação do Brasil Colonial**, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1994.



ROSA MARIA EGIPCIACA DA VERA CRUZ